



Crise de alimentos ameaça o mundo

A comida cara e escassa é um pesadelo que ronda simultaneamente vários países e ameaça se tornar a pior crise mundial em 30 anos. Um dos vilões, conforme organismos como o FMI e a ONU, são os biocombustíveis, cuja produção o Brasil está liderando. Mas a diplomacia brasileira insiste em outra tese: o problema está no aumento da demanda impulsionada por países como a China e a Índia. A especulação é apontada também como uma das razões para a crise.

PÁGINAS 8 E 9

Arroz como o produzido no Rio Grande do Sul está escasso no mundo, o que levou o Brasil a suspender a exportação e empresas norte-americanas a adotarem o racionamento

Tensão em Raposa Serra do Sol repercute em Plenário

PÁGINA 7

Líderes definem a pauta de votações

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reúne-se nesta terça-feira com líderes partidários para definir as matérias que serão votadas nos próximos dias. PSDB, DEM e PSB já apresentaram lista dos projetos que consideram prioritários.

PÁGINA 2

Governo pode derrubar reajuste

O governo pretende derrubar na Câmara a emenda que garante aos aposentados o mesmo reajuste do salário mínimo e o fim do fator previdenciário.

PÁGINA 3

e mais... cidadania

Para cada direito e dever, uma idade é exigida

A legislação estabelece limites de idade para vários direitos e deveres. Uma arma de fogo, por exemplo, só pode ser vendida a quem tiver mais de 25 anos. O *Especial Cidadania* mostra a idade exigida para vários atos.

PÁGINA 16

Senado e TSE lançam guia sobre eleições municipais

PÁGINA 15

Dados sobre uso de cartão começam a ser examinados

PÁGINA 10

Informações sobre usuários do Orkut chegam à CPI

PÁGINA 11



Emenda de Paim estende às aposentadorias o reajuste do mínimo

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

TRABALHO Governo tenta conter aprovação na Câmara de propostas do Senado que beneficiam aposentados

Reajuste para aposentados sob risco



Na semana em que se comemora o Dia do Trabalho, o governo inicia ofensiva para derrubar na Câmara os ganhos obtidos no Senado pelos aposentados e pensionistas. O governo é contrário a duas iniciativas do senador Paulo Paim (PT-RS), aprovadas no dia 9 de abril último: a emenda que concede aos beneficiários acima de um salário mínimo o mesmo critério de reajuste do piso nacional e o projeto que extingue o fator previdenciário (PLS 296/03). Alega que provocariam grande

desequilíbrio nas contas da Previdência.

Só a emenda que atrela os benefícios à nova regra de reajuste do salário mínimo aprovada no PLC 42/07 – reposição da inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento real da economia de dois anos antes (aumento do PIB de 2007) – custaria R\$ 4,5 bilhões anuais aos cofres da Previdência. “É um valor muito pequeno diante do orçamento da seguridade social, que em 2007 apresentou um superávit de R\$ 60,7 bilhões”, comparou Paim.

Com apoio maciço das centrais sindicais e de entidades dos aposentados, que já começaram a se mobilizar para aprovar as duas propostas na Câmara, Paim foi chamado para participar dos debates com os deputados em audiência, no dia 14 de maio, na comissão especial que analisará o projeto de reajuste do salário mínimo ou na Comissão do Trabalho. “Não tenho problema em discutir prioridades, desde que os três projetos, incluindo a Emenda 29 [que aumenta os recursos para a saúde], sejam aprovados”, avisou o senador.

Manifestantes organizados por centrais sindicais defendem aprovação na Câmara das medidas sugeridas por Paim: governo alega que não há dinheiro para pagar

Para Garibaldi, governo precisa explicar por que é contra medida

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o governo deveria contribuir mais e mostrar números para respaldar seu desejo de derrubar, na Câmara, o projeto que estende aos aposentados o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo.

– O governo diz que o sistema previdenciário não pode arcar com esse aumento de despesa. Eu acho que o governo deveria mostrar os números e dizer por que não pode pagar. Enquanto isso o debate vai continuar. E a Câmara poderá oferecer o mesmo desfecho dado ao assunto pelo Senado, mas eu não posso interferir no debate da Câmara.

Garibaldi explicou que o Senado

só decidiu estender aos aposentados o reajuste anual dado ao salário mínimo depois de debater exaustivamente o assunto. Foi por iniciativa de Paulo Paim que os senadores aprovaram esse projeto, que prevê reajustes pela inflação, acrescidos de percentuais calculados segundo a variação do produto interno bruto (PIB), para aposentados e pensionistas.

Em sessão especial de homenagem aos servidores públicos aposentados, na terça-feira, Paim e vários outros senadores apelaram à Câmara dos Deputados para que ratifique as decisões do Senado que extingue o fator previdenciário e assegura reajuste integral pelo mínimo para esses benefícios do INSS.

O senador gaúcho ressaltou que defende os trabalhadores, aposentados e pensionistas da área pública e privada desde a Constituinte de 1988, quando diziam que seus projetos eram utópicos e que quebrariam a Previdência. Ele afirmou que, da mesma forma, há mais de um século os que eram contra a abolição da escravatura diziam que libertar os escravos iria quebrar o país. Hoje, os argumentos dos que são contra os aumentos do salário mínimo e das aposentadorias são os mesmos, assinalou Paim.

Por sua vez, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) destacou que o objetivo dos servidores públicos aposentados é a paridade com os servidores ativos.

O senador Mário Couto (PSDB-PA) salientou que, em pouco mais de um ano de mandato, dedicou 60% dos seus discursos à causa dos aposentados e pensionistas e aos servidores públicos.

– No caso de vocês, servidores públicos, eu estou olhando para uma platéia que sofreu, com certeza, durante todo o seu trabalho, o desprezo do governo – dos governos – e o desrespeito da sociedade com o servidor público.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou que a política neoliberal do Estado mínimo foi sustentada pelos governos anteriores ao governo Lula em detrimento do serviço público e dos servidores.

Governo ensaia adiamento para 2009

O governo estaria adotando a tática de manobras protelatórias para evitar a aprovação dos projetos. Uma delas seria convencer o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a adiar para o próximo ano a votação, evitando assim contaminar os debates com a disputa pelas prefeituras, já que muitos deputados são candidatos nessas eleições municipais, como lembraram parlamentares que participam das negociações.

Outra tática seria derrubar a emenda do senador Paulo Paim (PT-RS), tentando acordo para discuti-la em um projeto separado. O deputado Roberto Santiago (PV-SP), cotado para assumir novamente a relatoria do projeto do salário mínimo, recordou que o governo não abriu mão de emendar o texto que enviou ao Congresso durante a primeira rodada de votação na Câmara.

Ex-superintendente do INSS em São Paulo, Santiago ressaltou que há mais de dez anos os 8,1 milhões de beneficiários acima de um salário mínimo só

recebem a reposição da inflação. O deputado paulista disse que é preciso encontrar alternativa para corrigir essa injustiça, mas preferiu não se pronunciar sobre a emenda de Paim. O presidente Lula, continuou, quer se colocar na história como o governante que conseguiu recompor o salário mínimo (veja tabela). Com isso, assegurou ganhos reais não só para os trabalhadores como também para os dois terços dos 25,25 milhões de beneficiários da Previ-

dência que recebem o piso.

O líder do PT na Câmara dos Deputados, deputado Maurício Rands (PE), afirmou ao **Jornal do Senado** que o partido quer continuar a política de recuperação do poder de compra das aposentadorias e pensões. Ele pretende reunir a bancada no dia 6 para discutir as propostas de Paulo Paim, além do aumento dos recursos para a saúde. Por enquanto, Rands se diz contrário aos projetos de Paim.

Reajuste do salário mínimo (2002 a 2008)

		Aumento real (%)
Abril de 2002	R\$ 200,00	1,23
Abril de 2003	R\$ 240,00	1,19
Maio de 2004	R\$ 260,00	8,23
Maio de 2005	R\$ 300,00	13,04
Abril de 2006	R\$ 350,00	5,10
Abril de 2007	R\$ 380,00	4,03
Março de 2008	R\$ 415,00	Total (2002 a 2008) 37,02

Fonte: DIEESE

Paim sugere fixar idade mínima para compensar perdas

Diante da alegação do governo de que não possui um plano B para compensar o fim do fator previdenciário, aprovado pelo Senado e em discussão na Câmara, o próprio autor do projeto, senador Paulo Paim, sugeriu uma alternativa que pode evitar novo rombo nas contas da Previdência. Instituída em 1999, a fórmula do fator previdenciário reduz o valor de aposentadorias e pensões.

Trata-se de proposta de emenda à Constituição (PEC 10/08), apresentada no mês passado e que se encontra na Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aguardando designação de relator.

A PEC fixa idade mínima para quem se aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) considerando o tempo de contribuição. A exemplo do que já ocorre com os inativos do setor público, os homens poderiam se aposentar aos 60 anos de idade com 35 de contribuição e as mulheres aos 55 anos, com 30 de contribuição.

– A fixação da idade mínima é uma tendência mundial, funciona como instrumento para

fortalecer a previdência pública. Ninguém adota mecanismo como o fator previdenciário – afirmou Paim, em entrevista ao **Jornal do Senado**.

Esse debate, conforme o senador, foi levado à Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, cujo relatório final ele apresentou em agosto de 2006. Na época, a proposta não avançou porque as centrais sindicais reagiram à idéia de que ela fosse iniciativa da comissão. Agora, as centrais aceitaram discutir a proposta de Paim. Só o governo não se posicionou, alega o senador.

COMISSÕES

Lei discrimina trabalhador doméstico, diz sindicalista

O caráter opcional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a falta de cobertura legal para acidentes de trabalho e a inexistência de imposto sindical evidenciam um tratamento discriminatório da legislação brasileira em relação aos empregados domésticos, disse a presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Maria Oliveira, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A dispersão do trabalho doméstico dificulta a organização dos trabalhadores e a fiscalização de atividades insalubres ou mesmo arriscadas, acrescentou.

Em alerta sobre a existência de exploração de trabalho infanto-juvenil no setor, Creuza Oliveira informou ainda que mais de 500 mil crianças e adolescentes brasileiras prestam serviço em residências, sem qualquer acompanhamento.

– São meninas que sofrem diversos tipos de violência física e psicológica, longe de suas famílias e também fora da escola – frisou.

Para Creuza Oliveira, a jornada exigida das trabalhadoras domésticas afasta muitas delas da escola e da possibilidade de qualificação. Em resposta ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a sindicalista informou que diversas domésticas, principalmente as que moram no local de trabalho, enfrentam jornadas de até 16 horas. Em muitos casos, disse, os empregadores não permitem que as domésticas estudem.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), que requereu o debate como

parte das comemorações do Dia Nacional dos Trabalhadores Domésticos, celebrado em 27 de abril, destacou a necessidade de mobilização para dar maior visibilidade ao trabalho doméstico e assegurar o cumprimento dos direitos trabalhistas da categoria.

Em nome do ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, Ezequiel Souza do Nascimento afirmou que cerca de 75% dos empregados domésticos no Brasil trabalham sem carteira assinada. A informalidade tem raízes culturais, fruto da pouca valorização do trabalho doméstico no país, analisou, acrescentando que ampliar a formalização das relações de trabalho para os cerca de 6,7 milhões de empregados do setor é um desafio do governo e de toda a sociedade.

Para Joceli Pereira, representante do ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, mesmo os trabalhadores domésticos com carteira assinada não têm assegurados todos os direitos trabalhistas. Uma parcela, observou, não contribui com a Previdência Social, não podendo acessar benefícios previdenciários.

Elói Ferreira de Araújo, representante do ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Social, ressaltou a predominância de mulheres negras entre os empregados domésticos. Alci Matos Araújo, diretor da Confederação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contrac), cobrou do governo a adoção de uma política pública para os trabalhadores domésticos.

conscientes, a preservar o meio ambiente e a liberdade. Ele incluiu a Finlândia e a Coreia do Sul entre exemplos de países que fizeram pactos pela educação.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, considera que os constituintes de 1988 foram sábios ao prever a equalização das oportunidades de educação. A determinação, declarou Haddad, só começou a ser cumprida em 2005, já que, até então, os recursos eram destinados às escolas que menos precisavam deles. Agora, continuou, a União repassa mais recursos aos 1.242 municípios em pior situação educacional.

Para o ministro, além de melhorar a gestão, o Brasil necessita de mais recursos para a educação. Ele



Joceli Pereira (E), Creuza Oliveira, Elói de Araújo, Fátima Cleide e Ezequiel Nascimento analisam sugestões de mudanças na legislação

Para debatedores, é preciso conscientizar sobre direitos

A representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Maria Elisabete Pereira, defendeu mudança no artigo 7º da Constituição, que vedaria aos trabalhadores domésticos muitos dos direitos garantidos aos outros trabalhadores.

Mesmo com direitos reduzidos, as trabalhadoras domésticas não têm consciência deles, comentou a representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Solange Sanches.

A ex-senadora Emília Fernan-

des, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, disse que o desrespeito e a discriminação ao trabalho doméstico são verificados não apenas no Brasil. Segundo ela, a legislação brasileira é uma das mais avançadas, mas faltam políticas públicas que efetivem tais direitos.

As empregadas domésticas consideram normal o fato de suas condições de trabalho serem diferentes das dos demais trabalhadores, observou o representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ivair Alves dos Santos.

Funcionamento de hospital de Santarém será cobrado na CMA

A pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Meio Ambiente (CMA) decidiu debater com a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e outras autoridades as razões que vêm impedindo o pleno funcionamento do Hospital Regional de Santarém (PA). Segundo o senador, o centro cirúrgico e a unidade de terapia intensiva, mesmo equipados, operam apenas parcialmente.

Foi analisada ainda auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) no Programa Nacional de Controle da Dengue. A CMA decidiu solicitar informações ao Ministério da Saúde sobre as providências tomadas em função das recomendações do TCU.

Via Campesina debaterá legislação sobre trabalho rural

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou requerimento de José Nery (PSOL-PA) para incluir a representante da Via Campesina Rosângela Cordeiro entre os participantes da audiência pública que discutirá a nova legislação referente ao trabalhador rural, para inibir a possibilidade de trabalho análogo ao de escravo. O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), sugeriu que participem do debate o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego.

Paim comunicou que a Comissão da Amazônia da Câmara convidou a CDH para participar de audiência sobre o tráfico de mulheres na Amazônia.

CAS é favorável à regulamentação da profissão de musicoterapeuta

O profissional especializado em Musicoterapia pode ter sua atividade regulamentada segundo projeto da Câmara (PLC 25/05) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Pela proposta, musicoterapeuta é o profissional que utiliza a música para prevenir, restaurar ou reabilitar a saúde das pessoas. O projeto (PLC 25/05), relatado por Lúcia Vânia (PSDB-GO), ainda precisa ser votado pelo Plenário.

A profissão poderá ser exercida pelos diplomados em Musicoterapia por instituições reconhecidas e por profissionais de nível superior que tenham exercido a atividade, comprovadamente, por cinco anos.

Lúcia Vânia ressaltou o potencial da música para desenvolver o indivíduo, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, por meio do tratamento de doenças. A Universidade Federal de Goiás é a única federal a oferecer o curso.

Montadoras terão de informar autoridades sobre recall de carros

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou parecer do senador Valter Pereira (PMDB-MS) favorável a projeto (PLS 639/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) exigindo que as montadoras informem as autoridades sobre defeitos de fabricação que requeiram reparos ou recall de veículos em circulação no país.

Valter Pereira lamentou que, mesmo quando montadoras convocam proprietários de automóveis, metade deles não atende ao aviso, em parte por deficiência de comunicação. Assim, passaria a se exigir das montadoras que informem as autoridades de trânsito sobre defeitos identificados. O projeto ainda vai ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A comissão aprovou ainda o PLC 112/05, que cria a Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca (CE).

Cristovam defende pacto mundial pela educação

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), defendeu a adoção de um pacto mundial pela educação, para combater a pobreza e a desigualdade.

– Pode ser ambicioso, mas o Brasil deu um salto econômico em 25 anos, a partir de 1955 – disse Cristovam na abertura do 2º Simpósio e Fórum Público em Educação, Igualdade e Justiça Social, promovido no Senado pela CE e pelo Ministério da Educação.

O senador lamentou não existir uma organização internacional dedicada ao aperfeiçoamento do ensino. A educação, observou, pode ainda ajudar o planeta, por meio da formação de cidadãos



Entre a ministra da Educação da África do Sul, Grace Pandor (E), e Cristovam Buarque, Haddad pediu mais recursos para o setor

elegiou a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça, de proposta de emenda à Constituição de Ideli Salvatti (PT-SC) que isenta a educação da aplicação da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Segundo Haddad, o setor deixou de receber mais de R\$ 70 bilhões desde a criação da DRU.

A ministra da Educação da África do Sul, Grace Mandisa Pandor, narrou os esforços de seu país para

superar o *apartheid* e democratizar as oportunidades educacionais, desde o fim do regime racista. Ela observou que a reforma da educação não é uma tarefa fácil. As mudanças culturais, disse, são mais lentas, pois alunos cujos pais não lêem têm mais dificuldades de aprendizado. A ministra apontou ainda a existência de hostilidade entre estudantes brancos e alunos negros.

Alunos de 26 estados no concurso de redação do Senado

Quase 22 mil escolas de 26 estados, exceto de Santa Catarina, aderiram ao 1º Concurso de Redação do Senado – A Bandeira Nacional. Poderão participar alunos matriculados em uma das duas últimas séries do ensino fundamental.

Cada estado enviará, até 17 de outubro, uma redação para representar-se no concurso. A comissão julgadora selecionará o melhor texto. O aluno premiado, o diretor de sua escola e o secretário de Educação participarão da comemoração ao Dia da Bandeira, no Congresso, em 19 de novembro. O regulamento e outras informações podem ser encontrados no site http://www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/concurso_bandeira/index.asp.

COMISSÕES

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Mercadante vê ameaça ao equilíbrio fiscal, enquanto Alvaro acusa governo de exorbitar competência

CCJ mantém reajuste nas alíquotas do IOF

Apesar da insistência dos opositoristas para retirar o projeto de pauta, por temor de uma derrota, os senadores da base do governo conseguiram rejeitar, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o projeto de decreto legislativo (PDL 10/08) que propunha sustar dois decretos presidenciais assinados em janeiro deste ano e que majoram as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Apresentado pelos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Sérgio Guerra (PSDB-PE), o projeto teve como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

De acordo com a oposição, os dois decretos – 6.339/08 e 6.345/08 – tiveram o objetivo

de compensar as perdas de recursos que deixaram de ser arrecadados pela União com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A não-prorrogação da CPMF fez com que os cofres do governo deixassem de arrecadar cerca de R\$ 40 bilhões ao ano.

Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a aprovação do projeto acarretaria maior perda financeira por parte do governo federal, colocando em risco até o próprio equilíbrio fiscal. Já Alvaro Dias salientou que o Poder Executivo exorbitou em sua competência legal ao aumentar as alíquotas do IOF, “transformando um instrumento arrecadador”. Segundo o sena-

dor, os decretos prejudicaram até os mutuários que pediram empréstimo bancário, já que as alíquotas foram aumentadas de 0,0041% para 0,0082%, ao dia.

Foi aprovado ainda parecer do relator Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ao PLS 323/05, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que altera dispositivo da Lei 64/90 para tornar inelegíveis os administradores públicos – tais como os prefeitos – que tiveram suas contas rejeitadas pelo tribunal responsável para as eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes à decisão. A exceção será para os candidatos que obtiverem deferimento do tribunal, suspendendo a decisão.

Appy vai debater impactos da reforma tributária

Com base em declarações do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, de que a reforma tributária teria impacto sobre o desenvolvimento regional e a guerra fiscal, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) sugeriu um debate sobre o assunto na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), em conjunto com a Subcomissão da Reforma Tributária, vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Appy será um dos convidados, ao lado dos ex-ministros da Fazenda Mailson da Nóbrega e Paulo Haddad, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e dos pesquisadores Marcos Holanda, do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Ceará, e Maria Helena Zockun, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Tasso Jereissati justifica ainda, em seu pedido, que, além da reforma tributária, estão em discussão no Congresso os vetos presidenciais às leis complementares 124 e 125, ambas de 2007, que recriaram as superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

São Paulo expande metrô com empréstimos japoneses

O estado de São Paulo foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a fazer dois empréstimos junto a um consórcio de bancos privados japoneses, no valor de US\$ 630 milhões. Os financiamentos ainda devem ser aprovados pelo Plenário.

Os senadores Valter Pereira (PMDB-MS) e Serys Shlessarenko (PT-MT) apresentaram relatórios favoráveis aos dois empréstimos: um, de US\$ 95 milhões, destinado ao financiamento adicional do Programa da Linha 4 do Metrô de São Paulo; o outro, de US\$ 535 milhões, visa bancar o projeto Material Rodante e Sistemas, beneficiando a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e a Companhia do Metrô de São Paulo (Metrô).

A comissão também autorizou a prefeitura de Campo Grande a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 19,38 milhões, conforme parecer favorável de Jayme Campos (DEM-MT), que será também submetido ao Plenário. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Integrado e Qualificação Urbana do município.

Serys e Delcídio relatam LDO e Orçamento 2009

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi designado relator geral do projeto do Orçamento da União para 2009. A indicação partiu do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), que também nomeou a senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) como a relatora da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

– O Orçamento é a principal peça

que o Congresso vota. É uma espécie de bússola para o país no ano subsequente. Por isso, vou procurar desenvolver meu trabalho sempre com equilíbrio, com espírito público, procurando honrar o Congresso Nacional. E talvez, na CMO, nós venhamos a colaborar bastante para esse resgate da imagem do Congresso. Não tenho dúvida

de que, até pelos parlamentares que participam da comissão, vamos fazer um bom trabalho e construir uma peça orçamentária que não seja uma peça de ficção, mas uma peça a ser seguida pelo Brasil – declarou Delcídio Amaral.

Debates nos estados vão subsidiar o projeto da LDO para 2009

.....

Serys, por sua vez, afirmou que, mesmo com o prazo já apertado, a comissão terá condições de preparar um bom relatório para a LDO até 11 de julho. Pelo cronograma de tramitação proposto pela senadora e aprovado pela CMO, deverão ser realizadas audiências públicas em vários estados até o final de maio, para a coleta de sugestões da população passíveis de serem incorporadas ao texto final. O prazo para apresentação de emendas ao relatório preliminar vai de 9 a 11 de maio.

Cada estado terá direito a cinco emendas

A relatora da LDO, senadora Serys Shlessarenko, acertou com os coordenadores de bancadas estaduais que as 27 representações deverão apresentar as cinco emendas a que têm direito dentro dos programas previstos no Plano Plurianual (PPA) para 2008-2011.

A senadora disse que vai buscar entendimento com as lideranças partidárias do Congresso Nacional para que sejam obedecidos os prazos de exame da LDO fixados pelo cronograma da Comissão Mista de Orçamento. Só assim será possível votar o relatório da LDO no Plenário do Congresso nos dias 11 ou 12 de julho, observou.

A emenda de bancada não será acolhida caso reserve recursos, por exemplo, para a construção de uma rodovia não prevista nas ações do PPA. Para facilitar os trabalhos, Serys informou que serão distribuídas cópias do PPA para todos os coordenadores de bancada.

Roseana é designada relatora de R\$ 2,1 bi do PPA

Roseana Sarney (PMDB-MA) foi designada pelo presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho, como relatora de dois projetos que abrem créditos suplementar e especial a diversos ministérios. As propostas devem garantir a execução de emendas parlamentares que sofreram vetos e se referiam a dois programas incluídos no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 pelo Congresso Nacional, no valor total de R\$ 2,1 bilhão. As propostas (PLNs 2 e 3/08), encaminhadas ao Congresso na última terça-feira, resultaram de negociações envolvendo o deputado Mendes Ribeiro, a senadora Roseana Sarney – líder do governo no Congresso e membro suplente da CMO – e o ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

– É importante dizer que as emendas destinavam dinheiro público para importantes ações no interior do país. Sustar a aplicação desses recursos iria prejudicar a sociedade – disse o presidente da CMO.

Triângulo na Sudeco divide opiniões

A área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), se incluir municípios do Triângulo Mineiro, poderá pulverizar recursos de incentivo regional, na opinião de senadores que participaram de debate na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O secretário de Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Regional, Christian Perillier Schneider,

acha que o conceito de desenvolvimento sustentável não pode ficar limitado aos estados e, no caso da Sudeco, precisaria incluir pelo menos o Entorno do Distrito Federal, que abrange três municípios mineiros.

Para a presidente da CDR, Lúcia Vânia (PSDB-GO), se a Sudeco ampliar sua área, os recursos se pulverizarão. Essa é também a posição de todos os governadores e parlamentares do Centro-Oeste, garantiu a senadora.

Segundo Wellington Salgado (PMDB-MG), os incentivos oferecidos pela Sudeco atuam como pólo de atração de empresas, que se transfeririam de Minas para Goiás para desfrutá-los.

O consultor do Senado Márcio Oliveira acredita que o Triângulo Mineiro tem dinâmica econômica própria, que não se coadunaria com a sistemática adotada por essas superintendências, voltadas para o desenvolvimento de áreas mais carentes.



Lúcia Vânia e Christian Schneider, do Ministério da Integração Nacional: abrangência da Sudeco opõe Centro-Oeste a Minas

MÁRCIA KALUWE

COMISSÕES



Senador Marco Maciel na reunião da CCJ que aprovou melhores condições nas prisões de mulheres

Penitenciárias podem ter berçário e creche

As penitenciárias para mulheres deverão ser providas de berçário, creche e seção para gestante e parturiente, de acordo com projeto da deputada Fátima Paelas (PMDB-AP) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na última quarta-feira. Para ser confirmada, a proposta (PLC 105/03), cujo texto recebeu parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), ainda terá de ser votada em Plenário.

O projeto, que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84),

já havia sido aprovado pela CCJ, em maio de 2004. Mas, quando estava sendo analisado em Plenário, o então senador Fernando Bezerra solicitou o retorno à comissão para novo exame, sob o argumento de que um de seus dispositivos poderia ser incompatível com a Constituição e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O item mencionado pelo senador determina que as mães e as crianças que estejam, respectivamente, na seção para gestante e parturiente e nas creches das

penitenciárias sejam atendidas por pessoal qualificado, “de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas”.

Ao contestar a solicitação de reexame feita por Fernando Bezerra, Serys questiona se “as mães que não cometeram crimes e os filhos destas têm direito a atendimento em hospitais e creches por pessoal qualificado”. Conforme a senadora, a Constituição “não estabelece esse tipo de discriminação, muito pelo contrário”.

Pedido de busca e apreensão recusado pode ter recurso

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou projeto que cria recurso contra as decisões de juízes que negarem requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória. A proposta (PLS 276/06) altera o Código de Processo Penal e ainda precisa ser analisada pelo Plenário.

Apresentado em 2006 pela CPI dos Bingos, o projeto também determina que, quando houver recurso, não será aberta vista ao réu para o oferecimento de contra-razões recursais.

O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), defendeu a medida. Ele destacou que a hipótese de recurso para esses casos já havia sido debatida em várias outras CPIs e ressaltou que os requerimentos de busca e apreensão ou de interceptação telefônica podem ser feitos, por exemplo, por uma CPI ou pela Polícia Federal.

Simon lembrou ainda o relatório final da CPI dos Bingos, no qual se argumenta que o projeto tem o objetivo de “suprir uma injustificada lacuna em nosso ordenamento jurídico penal e, claro, possibilitar maior controle social sobre decisões judiciais monocráticas.

A comissão também aprovou voto de censura ao juiz Edilson

PLENÁRIO

Aprovadas indicações para o Cade e para embaixadas

Três indicações de autoridades foram aprovadas pelo Plenário: Enéas Costa de Souza, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça; Jorge José Frantz Ramos, para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Mali; e Elim Saturnino Ferreira Dutra, para ser o embaixador brasileiro na Tunísia. Os relatores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) elaboraram pareceres favoráveis às indicações de Jorge Frantz Ramos e Elim Dutra – respectivamente, Mão Santa (PMDB-PI) e Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

O economista Enéas Costa de Souza vai ocupar a vaga de Luis Fernando Schuartz e teve sua atuação profissional destacada por Eduardo Suplicy (PT-SP), que apontou seu grande conhecimento

da obra do economista John Maynard Keynes. Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), enfatizou que o órgão aprovou por unanimidade a indicação, pela manhã. Pedro Simon (PMDB-RS) salientou a “integridade, correção, capacidade e competência” do indicado, e Flávio Arns (PT-PR) ressaltou a “história, personalidade e competência” de Enéas. O parecer da CAE foi elaborado por Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Natural do Rio de Janeiro, Enéas Costa de Souza presidiu o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) entre 1987 e 1988. Mestre em Economia pela Universidade de Campinas, também foi secretário de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul e diretor de Planejamento da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Prorrogados contratos com órgãos internacionais

Acordo entre as lideranças partidárias permitiu a aprovação da medida provisória (MP 407/07) que autorizou, em caráter excepcional, a prorrogação, até 31 de julho de 2009, de contratos temporários de profissionais que desenvolvem atividades técnicas em projetos de cooperação assinados com organismos internacionais. A medida também ampliou dos atuais 216 para 800 os cargos de analista de infra-estrutura e estendeu, até 31 de dezembro de 2008, o prazo de concessão da gratificação temporária e da gratificação de representação de gabinete para servidores ou empregados requisitados pela Advocacia Geral da União (AGU).

O líder do DEM, José Agripino (RN), declarou que o partido mantém a recusa de votar MPs com matéria orçamentária, por considerá-las inconstitucionais. Duas dessas medidas – MPs 408 e 409/07 – ainda trancam as votações. Agripino acrescentou que o DEM espera a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, objeto de ações diretas de inconstitucionalidade movidas pela oposição.

A proposta do governo estabeleceu ainda a manutenção temporária das funções comissionadas técnicas alocadas no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (Dnit) e no Ministério da Cultura até 31 de dezembro de 2008.

Expedito diz que Incra promove desmatamento

A Subcomissão Temporária para Acompanhar a Crise Ambiental na Amazônia visitou, quinta-feira, os municípios de Cujubi e Machadinho d'Oeste, em Rondônia, região onde a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Força Nacional de Segurança realizam a Operação Arco de Fogo, com o objetivo de inibir a exploração ilegal de madeira e a devastação de áreas de conservação ambiental. Segundo o senador Expedito Júnior (PR-RO), essa crise seria causada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrá-

ria (Incra).

– Estivemos em madeiras que tiveram as portas lacradas pela Polícia Federal, desempregando trabalhadores e gerando protestos. Mas, cada vez mais, estamos cientes de que a Operação Arco de Fogo centrou o foco no alvo errado. Não são as madeiras, ou serrarias, empresários e trabalhadores os culpados por esse quadro no país, e, sim, o Incra, que tem a responsabilidade de promover a regularização fundiária – afirmou Expedito Júnior. Ele disse que Rondônia já implantou projetos de manejo de madeira e de reflorestamento.



Para Expedito Júnior (E) e Flexa Ribeiro, que visitaram municípios de Rondônia, PF centrou fogo no alvo errado

Voto de louvor homenageia ex-senador Humberto Lucena

O Plenário aprovou voto de louvor ao ex-presidente do Senado Humberto Lucena (PB), que estaria completando 80 anos na terça-feira. De acordo com Garibaldi Alves, ao morrer, há dez anos, Lucena deixou para sempre “a marca de um político talhado para o entendimento”.

O voto de louvor foi proposto por Efraim Moraes (DEM-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS), que lembraram a importância política do presidente do Senado nos biênios 1987-88 e 1993-94.

Tido como homem fiel a idéias e programas, Lucena só deixou o PSD, em 1965, por força da extinção do partido, abrigando-se até o fim no MDB, agora PMDB.

Segundo Efraim, Lucena foi um dos políticos mais corajosos que o país conheceu. Mesmo ameaçado de cassação pela ditadura militar

(1964-1984), denunciou da tribuna da Câmara a ocorrência de prisões ilegais e torturas quando o regime tornou-se mais cruel, a partir de 1968.

Simon chamou a atenção para o político de honradez e austeridade inabaláveis. Ainda que tenha se tornado uma figura de destaque, nunca enriqueceu.

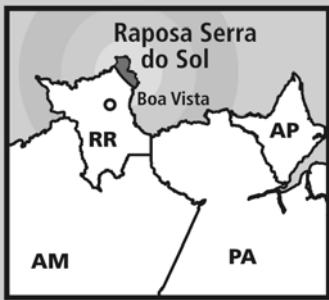
A inflexibilidade de Lucena em relação a princípios, de acordo com Efraim, foi justamente o que lhe carregou inimigos. E estes estariam por trás da campanha que o levou a perder

o mandato conseguido nas urnas em 1994, por decisão da Justiça Eleitoral, que considerou procedente a denúncia de utilização irregular da Gráfica do Senado. Por entender que Lucena agira dentro das normas, o próprio Congresso devolveu-lhe o mandato por meio da Lei 8.985, de 1995.

Simon: foi político honrado e austero, que nunca enriqueceu

DEMARCAÇÃO Críticas de comandante e operação para retirada de não indígenas de terras causam polêmica**Localização no mapa**

RORAIMA
Área:
224,3
mil km²
População:
395,7 mil

**RESERVA RAPOSA SERRA DO SOL**

Área:
17
mil km²

População:
23 mil habitantes
dos municípios de Normandia,
Uiramutã e Pacaraima



Ocupantes da Área Indígena Raposa Serra do Sol resistem à operação de retirada promovida pela Polícia Federal

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Senadores acompanham Raposa Serra do Sol desde 2003

O Senado acompanha os desdobramentos da decisão do Executivo de criar a reserva indígena Raposa Serra do Sol desde 2003, quando criou uma comissão externa que visitou a região e discutiu a medida com a população local. No relatório final, os senadores propuseram a revisão das indenizações e o assentamento das famílias em outras áreas.

Após a homologação da reserva, em 15 de abril de 2005, outra comissão externa, com os

três senadores representantes de Roraima, foi instalada. Eles percorreram a região e concluíram pela revisão do decreto.

Em agosto de 2007, quando a operação da Polícia Federal para retirar os produtores começou a ser planejada, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) foi designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para vistoriar

a área e ouvir os produtores. Foi encaminhado um relatório ao presidente da República registrando, conforme dados da Funai, a existência de 348 propriedades a serem desocupadas e pedindo a sustação da ação policial. Segundo o senador, de acordo com o Incra, apenas 198 dessas famílias foram indenizadas e 131 foram reassentadas.

Para Mozarildo, indenizações não foram justas nem suficientes

“Além disso, muitos proprietários de terra foram indenizados injustamente ou assentados de forma desumana”, avalia Mozarildo.

Na última quinta-feira, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou requerimento de Sibá Machado (PT-AC) para debater a demarcação da reserva. O presidente da Funai, Márcio Meira, e o indigenista e especialista em relações com índios isolados Sidney Possuelo estão entre os convidados para a audiência pública.

Reserva em “ilhas” é alternativa

A demarcação da reserva Raposa Serra do Sol em uma faixa contínua de terra é o foco da divergência que tem levado a protestos de produtores, de comerciantes e da população não-indígena que ainda ocupam a região. Recomendado pelo atual ministro da Defesa, Nelson Jobim, quando exercia o cargo de ministro da Justiça no governo de Fernando Henrique Cardoso, o modelo de “ilhas” para a reserva, com áreas menores e não coligadas, é a opção apresentada pelos que se opõem à demarcação da faixa contínua.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), propõe que quatro áreas dentro da reserva

sejam espécies de “ilhas de desenvolvimento”, compreendendo o Vale do Arroz, a vila do Surumu, as terras destinadas à construção da hidrelétrica de Cotingo e o lago Caracaranã. O senador pretende apresentar a sugestão esta semana ao relator do caso no STF, ministro Carlos Ayres Britto, e ao novo presidente da corte, Gilmar Mendes.

A desocupação da área em conflito, que hoje representa somente 1% de toda a reserva, segundo Ayres Britto, só deve ter uma decisão definitiva após o julgamento do mérito de uma das 33 ações referentes à reserva, o que deve ocorrer em meados de junho.

Demarcação de área indígena é contestada

A Operação Upatakon 3, da Polícia Federal, para retirar a população não-indígena da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, e declarações do comandante militar da Amazônia, general Augusto Heleno, com críticas à política indigenista do governo federal, trouxeram de volta à cena política o tema da demarcação de terras indígenas.

Iniciada em 27 de março com a ajuda da Força Nacional de Segurança, a Upatakon 3 foi suspensa por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu liminar a pedido do governador do estado, José Anchieta Júnior.

A reserva Raposa Serra do Sol foi demarcada em 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, e homologada em 2005

pelo presidente Lula. Roraima conta com uma área de 224,3 mil quilômetros quadrados e uma população de 395,7 mil pessoas. A reserva indígena corresponde a uma faixa contínua de terra com 17 mil quilômetros quadrados, área onde estão inseridos três municípios que somam mais de 23 mil habitantes.

Desde a homologação da reserva, produtores rurais, moradores não-indígenas da região e uma parte da população indígena – que trabalha nas plantações – se opõem à demarcação contínua e reivindicam o desmembramento de pequenas áreas. Os plantadores de arroz, que chegaram à região na década de 1970 e cuja produção hoje representa 6% da economia do estado, são os que mais resistem a sair do local. Eles

entraram com ações judiciais, que estão em tramitação no STF, que contestam a demarcação.

Grande parte dos comerciantes e produtores rurais, no entanto, já desocuparam a área e tiveram direito a indenização e a reassentamento em áreas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que variam de 100 a 500 hectares. Mas o presidente da Federação da Agricultura de Roraima, Almir Sá, reclama que o processo de indenização aos produtores retirados da região é lento e o valor pago não é justo. Ele também alega que a homologação da reserva foi feita pelas autoridades federais sem ouvir os produtores e que o governo do estado não teve participação na elaboração do laudo antropológico.

Declarações de general repercutem em Plenário

As declarações do comandante militar da Amazônia, general Heleno, de que a transformação da faixa de fronteira norte do país em terras indígenas representa uma ameaça à soberania nacional, repercutiram no Senado.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o militar tem razão ao dizer “que a política indigenista do presidente Lula é caótica”, mas ressaltou que ele não deveria ter se pronunciado. “Não considero justo que agora nós voltemos ao tempo dos pronunciamentos militares de caráter político”, opinou.

Tião Viana (PT-AC) disse que “o ataque direto à política do governo foi um desserviço prestado pelo general ao Brasil, um erro de conduta militar”.

Na avaliação de João Pedro (PT-AC), não é possível pensar

que a demarcação de terras indígenas na fronteira com a Venezuela leve à autodeterminação desses povos.

O líder do DEM, José Agripino (RN), criticou a reação do governo por chamar a atenção do general Augusto Heleno, pedindo explicações através do ministro da Defesa, Nelson Jobim, sobre os comentários feitos pelo militar em um evento no Rio de Janeiro.

Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltou que Heleno, “como comandante da Amazônia, tem razões para ter conhecimento profundo de tudo o que lá ocorre”.

Suspensão de retirada também é polêmica

A decisão do STF de suspender a retirada, pela PF, de ocupantes não-indígenas da área demarcada



Sibá critica a reação violenta de alguns produtores rurais retirados de terras indígenas em Roraima

GERALDO MAGELA

também gerou reações.

Sibá Machado (PT-AC) condenou a ação de alguns produtores rurais, que destruíram pontes e ameaçaram a delegacia da Polícia Federal. Ele disse que o governo federal propôs ceder 7 milhões de hectares de terra para o governo do estado, que ofereceu infraestrutura para os rizicultores. José Nery (PSOL-PA), Alvaro Dias (PSDB-PR), Jefferson Péres (PDT-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS) também se pronunciaram sobre o assunto.

ALIMENTOS O preço do arroz aumentou mais de 140% neste ano. Uma das variedades de trigo disparou: 25% em um dia. E a carestia

Comida cara e escassa pode levar à pior crise mundial em 30 anos

Nas últimas semanas, manifestantes entoando “estamos famintos” forçaram a renúncia do primeiro-ministro do Haiti. Na República de Camarões, 24 morreram em protestos contra a falta de comida. O presidente do Egito ordenou que o Exército comece a produzir pão. O governo filipino baixou um decreto que prevê prisão perpétua para quem estocar arroz.

Deu a louca no mundo? Não. O preço do trigo subiu 77% no ano passado. O do arroz, 16% (veja gráfico abaixo). Trata-se de uma das piores altas já ocorridas nos preços de alimentos. Neste ano, os aumentos têm sido ainda maiores. Desde janeiro, o arroz já encareceu 140%. Uma das variedades de trigo disparou – 25% em um dia.

A alta de preços reflete mais mudanças na demanda do que problemas de oferta. Tais mudan-

ças incluem as pressões crescentes de bilhões de chineses e indianos que estão ganhando cada vez mais dinheiro e comendo mais; e dos governos dos países ocidentais com seus programas de incentivo ao uso de biocombustíveis – que convertem produtos agrícolas como cana-de-açúcar e milho em etanol, por exemplo.

E, como sempre acontece em períodos de crise, os personagens envolvidos tomam toda sorte de artifício econômico para debelar os problemas – o que acaba agravando ainda mais a situação. Dos 58 países que são monitorados pelo Banco Mundial, 48 tomaram medidas como controle de preços, subsídios ao consumo, restrição a exportações e corte nas tarifas de importação. O Brasil, por exemplo, ameaçou restringir a exportação de arroz.

O pior da crise atual, dizem os

especialistas, é que não se trata de uma crise localizada e causada por fatores determinados. Em geral, os problemas começam quando uma guerra leva problemas na colheita, o que gera falta de comida principalmente para os mais pobres. Esta crise está ocorrendo simultaneamente em muitos países – pela primeira vez desde a década de 1970. E afeta gente que normalmente não sofre com falta de comida. A classe média, por exemplo, deixa de pagar o plano de saúde para manter a comida na mesa. E os mais pobres, como sempre, ficam com a pior parte.

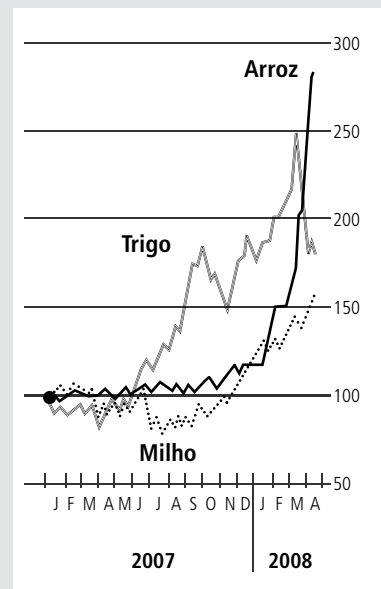
O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, calcula que a alta nos preços dos alimentos pode empurrar pelo menos 100 milhões de pessoas para baixo da linha da pobreza – aquele limbo onde as pessoas tentam sobreviver com US\$ 1 por dia.



Diante do aumento do preço de arroz, milho e trigo, órgão das Nações U

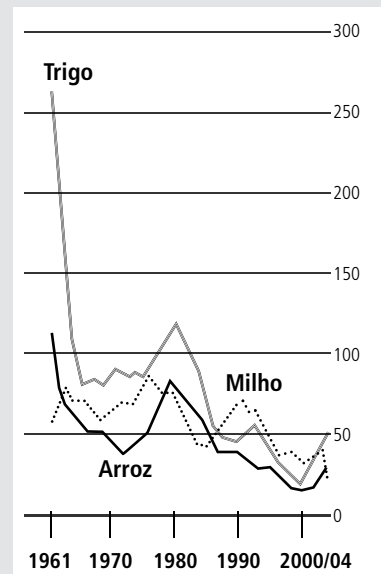
Enquanto os preços sobem...

Varição percentual das cotações das commodities agrícolas (considerando janeiro de 2007 como 100%)



... a produção diminuiu

Taxa média de crescimento anual da produção nos países em desenvolvimento (em %)



Fontes: The Economist, Bolsa de Mercadorias de Chicago, Banco Mundial

Especialistas põem a culpa nos biocombustíveis; Lula discorda

O diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Dominique Strauss-Khan, disse recentemente que o pior da crise alimentícia no mundo ainda está por vir e que os biocombustíveis feitos a partir de alimentos, como etanol, criam um problema moral para a humanidade. “Em termos de distúrbios relacionados aos alimentos, o pior infelizmente ainda está pela frente”, frisou Strauss-Khan. “Centenas de milhares de pessoas serão afetadas.”

O International Food Policy Research Institute, dos Estados Unidos, estima que a produção de biocombustíveis responda por algo entre um quarto e um terço da inflação nos preços das commodities. A Organização das Nações Unidas (ONU) já havia previsto no ano passado que o preço dos alimentos subiria entre 20% e 15% em virtude da produção dos biocombustíveis.

Mas o presidente Lula tem defendido que não existe relação entre os biocombustíveis e a carestia dos alimentos. Segundo ele, o preço da comida sobe porque a produção não acompanha a demanda. “O alimento sobe quando a quantidade de gente que vai ao supermercado é maior do que a quantidade de produtos que tem para vender, ou quando tem mais gente para comprar do que a capacidade do país para produzir”, ensinou Lula na sexta-feira, ao inaugurar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em São Paulo.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol – responde por mais de 30% do cultivo mundial.

Nos Estados Unidos, usa-se milho para produzir etanol, mas a um custo muito mais alto.

ONU sugere que nações plantem mais batatas

O que fazer quando arroz, milho e trigo ficam caros demais? Comer batata, diz a FAO, órgão das Nações Unidas que cuida de alimentação e agricultura. A entidade diz que o tubérculo pode ajudar no combate à fome e à miséria. Afinal, trata-se de um produto fácil de lidar, que produz mais rapidamente e em condições climáticas mais adversas que qualquer outro. Por isso, a FAO declarou 2008 o Ano Internacional da Batata.

Em Bangladesh, um dos países mais pobres, o comandante do Exército ordenou a substituição de trigo, arroz e milho por batata na ração dos soldados. China e Índia, maiores produtores de batatas, planejam aumentar o cultivo. Até no Peru, onde se acredita que a batata começou a ser cultivada, há 8 mil anos, o governo tem encorajado o consumo de pão de batata.

A escalada dos preços dos alimentos é a culpada. A tonelada de arroz saltou de US\$ 300 para US\$ 1.000 em um ano. Nos supermercados, o quilo de arroz está sendo vendido a R\$ 1,80. A batata sai por R\$ 1,75 o quilo.

A batata é, depois do milho, do trigo e do arroz, o alimento mais plantado no mundo. Mas, ao contrário dos cereais, o tubérculo é cotado mais em razão de custos locais de produção. Isso ocorre porque a batata é mais perecível, e apenas 6% da produção (US\$ 6 bilhões) é destinada ao comércio externo.

Em 2007, a produção mundial foi de 320 milhões de toneladas, com aumento de 4,5% ao ano.

O que os quatro maiores países emergentes têm em comum

O banco americano Goldman Sachs cunhou o termo Bric em 2001 para designar as quatro grandes economias emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China – e previu que seriam os motores do crescimento econômico mundial, responsáveis por mais de 10% da produção de bens e serviços do planeta no final desta década. Pois a participação deles já bateu nos 15%.

O que o acrônimo falha em revelar é que há pouca homogeneidade entre eles. De forma geral, Brasil e Rússia são importantes atores nos mercados de commodities, como grãos, minério e energia. Índia e China são fortes em serviços e manufatura, em boa parte devido à mão-de-obra numerosa e barata.

Por isso, os Brics têm uma relação simbiótica: quando cresce a demanda por matérias-primas na China e na Índia, aumentam as receitas do Brasil e da Rússia.

Esses países também têm se dividido em dois quando se trata dos mercados acionários. Na China e na Índia, as bolsas tiveram neste ano quedas de 35% e 21% respectivamente. O Brasil foi um dos poucos países com alta, de 7%; enquanto a Rússia se manteve perto da média mundial, caindo 6%.

Uma razão para essa discrepância parece ser a combinação de alta nos preços das commodities com o temor de desaceleração no crescimento global. Essa combinação, que tem caracterizado o cenário econômico em 2008, contribui para os países ricos em matérias-primas como Brasil e Rússia. Com a economia global aos solavancos, os Brics deverão diminuir o ritmo, mas ainda contribuirão com quase a metade do crescimento mundial em 2008 e 2009.

Senadores da F

A produção de biocombustíveis e preços dos alimentos foram os temas tidos na semana passada entre senadores brasileiros e franceses. Uma comitiva encabeçada por Jean Arthuis e Philippe Marini, respectivamente presidente e relator da comissão de Assuntos Econômicos do Senado da França, visitou na semana passada as comissões de Assuntos Econômicos e Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado brasileiro.

Durante o encontro, o presidente do Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que a produção de etanol, em particular a brasileira, teria influência sobre os preços dos alimentos. Mercadante destacou a alta ao crescimento da economia asiática, o destaque para China e Índia, e a alta do preço do petróleo, entre outros fatores.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Brasil na luta contra os subsídios agrícolas que prejudicam as exportações brasileiras para a Europa, Mercadante disse que o debate com a delegação francesa foi transparente e motivador. “O primeiro tema de interesse dos franceses é o biocombustível”, afirmou Mercadante. “É um interesse especial sobre o etanol e também sobre o biodiesel. Mas, estamos assistindo, no plano internacional, a vários pronunciamentos do Fundo Monetário Internacional, de autoridades da ONU [Organização das Nações Unidas], de movimentos sociais e de lideranças empresariais,



esta ameaça descambar em convulsão: em Camarões, 24 morreram em protesto contra a fome; no Haiti, caiu o primeiro-ministro



Unidas sugere maior consumo de batata, cujo preço é menos afetado por altas nos mercados internacionais

França e do Brasil debatem alta dos alimentos

a alta nos preços dos alimentos que, segundo dados da FAO [braço da ONU para agricultura e alimentação], cresceram 36% em âmbito mundial.”

Mas Mercadante rechaça essa preocupação. Ele contesta afirmações de que o programa brasileiro de produção de energia limpa tenha como revés ocupar ou substituir grandes áreas originalmente destinadas à produção agrícola. Conforme ressaltou, o Brasil, hoje, produz anualmente cerca de 140 milhões de toneladas de grãos. Há 15 anos, produzia apenas 58 milhões de toneladas. A marca foi alcançada, acrescentou Mercadante, com a expansão da área de produção em “apenas 8 milhões de hectares”.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o Brasil, “ao contrário do que se tem dito, não tem

problemas para decidir se tem de plantar para produzir alimentos ou para produzir energia [a partir do etanol], pois existe área, clima e gente para fazer as duas coisas”. Osmar Dias disse que o Brasil usa “apenas” 4% da área plantada do país para a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Além disso, ele argumentou que seria possível empregar mais 50 milhões de hectares de áreas de pastagens na plantação de grãos, o que poderia beneficiar a produção de etanol. “E há mais 90 milhões de hectares de cerrado intactos”, acrescentou.

Osmar Dias propôs que o presidente Lula forme grupo de trabalho para elaborar um programa – válido para os próximos 50 anos – de aproveitamento de 70 milhões de hectares de pastagens degradadas para o cultivo de alimentos.



Osmar Dias (D) e Aloizio Mercadante (C) defendem que há espaço agrícola para combustíveis e alimentos

Quatro ministros vão discutir biocombustíveis no Senado

A Subcomissão dos Biocombustíveis, vinculada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), vai realizar audiência pública sobre os recentes ataques feitos, principalmente pela União Européia, aos biocombustíveis. Os críticos afirmam que o uso de terras para produzir esses combustíveis reduz a produção e aumenta os preços dos alimentos.

A audiência foi proposta pelo presidente da subcomissão, senador João Tenório (PSDB-AL). Serão convidados os ministros do Desenvolvimento, Miguel Jorge; do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; do Meio Ambiente, Marina Silva; e da Agricultura, Reinhold Stephanes.

Na reunião, Augusto Botelho (PT-RR) afirmou que a cana-de-açúcar, a principal matéria-prima do biocombustível, não ocupa nem 1% da terra agricultável do Brasil.

Ele, João Tenório e Paulo Paim (PT-RS) argumentaram que a alta dos preços dos alimentos no mundo tem sido causada, na verdade, pelo crescimento da demanda no Brasil, na China e nos países da África.

No Brasil, disse João Tenório, a renda extra repassada por meio do programa Bolsa Família fez com que milhares de

brasileiros pudessem comprar mais alimentos. Paim, por sua vez, frisou que, além do Bolsa Família, recentes aumentos no nível de emprego e no salário mínimo, que dobrou o seu valor de compra, provocaram maior consumo de alimentos por parte da população.

O presidente da subcomissão acrescentou que há ainda outras causas para o aumento dos preços dos alimentos: os preços dos fertilizantes e os subsídios pagos pelos governos europeus aos seus agricultores. Os fertilizantes, que chegam a representar 40% do custo dos alimentos e são produzidos por poucas multinacionais, tiveram seus preços triplicados, observou Tenório. Os subsídios agrícolas pagos pelos governos europeus atingem 80% da renda dos agricultores e, assim, provocam aumento dos preços dos alimentos, segundo o senador.



João Tenório entende que Bolsa Família e aumento do salário mínimo elevaram demanda por alimentos

Investimentos na Embrapa para aumentar a produtividade

Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, anunciou que o governo investirá mais R\$ 914 milhões na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) até 2010. A iniciativa, o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) da Embrapa, tem como objetivo aumentar a produção de alimentos. O programa foi lançado pelo presidente Lula em homenagem aos 35 anos da estatal.

O senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou o trabalho da empresa, cujas pesquisas aumentam a produtividade do agronegócio, e o lançamento do PAC da estatal. “Haverá transferência de mais de R\$ 900 milhões para fortalecer a rede de pesquisa, contratar pessoal”, disse. “Serão 750 novos pesquisadores, além do pessoal para apoio e da criação de outros centros.”

Para Sibá, a Embrapa precisa estar preparada para enfrentar desafios, como alternativas de bio-

energia e de tecnologias para convivência com alterações climáticas. E mencionou também as melhorias obtidas na safra graças às pesquisas da empresa. A plantação de grãos, que em 1990 ocupava 34,8 milhões de hectares e resultava em 54,6 milhões de toneladas, expandiu-se para 46 milhões de hectares plantados, gerando 115 milhões de toneladas de grãos em 2006.

O senador rechaçou ainda recente declaração de representante da Organização das Nações Unidas (ONU), que culpou a produção de biocombustíveis pelo aumento no preço mundial dos alimentos. “Na falta de competitividade, os europeus lançam essa idéia desesperadora e muito infame”, afirmou.

Sibá adotou a tese do presidente Lula de que os preços dos alimentos estão subindo porque países como Índia, China e Brasil redistribuíram a renda e aumentaram a demanda por gêneros de primeira necessidade.

Celeiro do mundo

Veja a produção agropecuária no Brasil em comparação com o restante do planeta



Produto	Ranking do Brasil	Produção do Brasil (em mil toneladas)	Produção mundial (em mil toneladas)	Participação do Brasil (em%)	Outros líderes
Cana-de-açúcar	1º	420.121,0	1.291.685,9	32,5	Índia (2º), China (3º)
Laranja	1º	17.804,6	59.672,2	29,8	EUA (2º), México (3º)
Banana	1º	6.702,8	72.465,8	9,2	Índia (2º), China (3º)
Feijão	1º	3.076,0	18.747,7	16,4	Índia (2º), China (3º)
Café	1º	2.179,2	7.779,5	28,0	Vietnã (2º), Indonésia (3º)
Mamão	1º	1.650,0	6.810,7	24,2	México (2º), Nigéria (3º)
Mate	1º	560,0	882,6	63,4	Argentina (2º), Paraguai (3º)
Soja	2º	50.195,0	214.347,3	23,4	EUA (1º), Argentina (3º)
Carne de frango	2º	8.668,5	69.763,7	5,4	EUA (1º), México (3º)
Carne bovina	2º	7.778,6	60.209,8	12,9	EUA (1º), Argentina (3º)

INVESTIGAÇÕES Comissão mista dedica esta semana a estudar material recebido de ministérios e auditorias do TCU

CPI dos Cartões analisa documentos

A CPI Mista dos Cartões Corporativos dedica esta semana à análise dos documentos recebidos de ministérios e órgãos públicos e das auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre gastos, inclusive sigilosos, realizados com cartões de pagamento do governo federal. De acordo com a presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), não há depoimentos marcados para esta semana.

Marisa pretende apresentar um cronograma da sistematização dos dados enviados pelos ministérios,

“para termos uma idéia de todos os documentos que existem nas caixas, como estão dispostos e o que falta”.

– Não podemos ser acusados de blindar algum ministério por falta de documentos.

Na semana passada, ela encaminhou ao TCU ofício com os nomes dos parlamentares opositoristas que terão acesso às auditorias do tribunal – deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), Augusto Carvalho (PPS-DF), Vic Pires (DEM-PA) e Índio da Costa (DEM-RJ). Segundo a senadora, a comissão aguarda

apenas os nomes dos governistas para marcar a primeira visita ao tribunal.

Para Índio da Costa, que já começou a analisar as informações, ali se encontra a principal matéria-prima da CPI.

– São 1.611 caixas até o momento. O governo ainda tem que mandar os dados de 2005, 2006, 2007 e 2008 – concluiu.

As visitas ocorrerão até 22 de maio. Marisa disse que, se vazarem informações, os parlamentares serão responsabilizados por seus atos.



Alexandre Lima, diretor da Editora UnB, e Raimundo Colombo e Inácio Arruda (D) em reunião da CPI das ONGs

Diretor da Editora UnB não convence senadores

O diretor da Editora Universidade de Brasília (UnB), Alexandre Lima, não convenceu os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs (organizações não-governamentais). O líder do DEM, José Agripino (RN), se disse insatisfeito com as explicações dadas pelo diretor e pediu a quebra de sigilo bancário e fiscal do depoente.

Sem quórum, a CPI não pôde votar esse pedido na última quarta-feira, mas decidiu solicitar cópias das auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pelo Ministério Público (MP) sobre a atuação da Editora UnB.

Lima negou que a editora tenha gasto cerca de R\$ 370 mil em recepções, decorações e viagens para eventos em 2007. Em resposta ao relator da CPI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), ele declarou que apenas recebia as demandas da reitoria e repassava os pedidos à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Área de Saúde (Funsau), que pagava as contas.

Os recursos supostamente desviados seriam, de acordo com denúncias do TCU e do MP, oriundos de convênio firmado pela Funsau para executar projetos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Lima foi gestor de três convênios firmados entre essas instituições e a Fundação Universidade de Brasília (FUB), no valor total de R\$ 64 milhões.

O diretor da Editora disse que, em 2004, a UnB foi convidada a participar de

um convênio com a Funasa, diante da desistência de outras instituições que administravam a saúde indígena. Garantiu que o trabalho era supervisionado pela parte técnica da universidade e que as prestações de conta eram feitas ao Conselho Indígena de Saúde da Funasa.

A maior parte dos recursos recebidos pela editora era gasta na atividade-fim, a publicação de livros, assegurou Lima, mas 2% do total de recursos do órgão ficavam retidos pela UnB como fundo de apoio institucional, “sobre o qual a

editora não tem nenhum controle”. Ele afirmou ainda que em 2007 apenas 1,97% do que foi arrecadado pela editora foi gasto com passagens aéreas, e que todas elas teriam relação direta com projetos da editora e convênios da Funasa.

Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou que, segundo o MP, o patrimônio pessoal de Alexandre Lima teve “aumento de sete vezes em um ano”. Questionado pelo senador, o diretor da editora não autorizou a quebra do próprio sigilo bancário e fiscal.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) considerou as respostas de Lima evasivas. Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), é incompreensível o fato de os convênios terem sido firmados entre várias fundações da UnB e não diretamente com o prestador de serviços. Já Wellington Salgado (PMDB-MG) ressaltou que, “o que acontece na UnB, acontece em todas as universidades do Brasil”.



Marisa Serrano e Luiz Sérgio (D) têm atrito por causa de sub-relatorias. À esquerda, Marcelo Melo

Indicação de sub-relatores gera novo conflito

A indicação de sub-relatores da CPI dos Cartões causou novo atrito na semana passada entre governistas e opositoristas.

A presidente da CPI, Marisa Serrano, disse ter feito uso de atribuição do cargo para nomear os deputados da oposição Carlos Sampaio e Índio da Costa, respectivamente, para as sub-relatorias de Sistematização e a de Fiscalização de Gastos, consideradas as mais importantes, depois que o governo se negou a aceitar uma proposta de acordo.

Os governistas haviam indicado o senador Gim Argello (PTB-DF) e o deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL) para essas sub-relatorias, mas eles acabaram sendo designados para, respectivamente, as de Controle de Mecanismos de Auditoria e a de Aperfeiçoamento Legislativo. O relator, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), chegou a afirmar que iria ignorar as sugestões apresentadas pelos sub-relatores da oposição. Índio da Costa disse que, se Luiz Sérgio cumprir a ameaça, “estará configurada manipulação”.



Quintella acabou designado para sub-relatoria de Aperfeiçoamento Legislativo

Documento revela gastos e saques em fins de semana

Já está pronto o primeiro volume de informações organizado pelo sub-relator de Sistematização da CPI dos Cartões Corporativos, deputado Carlos Sampaio. O volume reúne os pagamentos e saques feitos de junho de 2002 a fevereiro de 2008 em fins de semana com cartões corporativos governo federal.

Na soma geral, os saques realizados por 2.692 portadores de cartão totalizam R\$ 3.805.116,18 e os pagamentos feitos por 2.537 totalizam R\$ 1.578.056,25. Carlos Sampaio explicou que, como regra, não é permitido o uso dos cartões corporativos em fins de semana, a menos que haja o cumprimento de agenda oficial. Na última sexta-feira, o senador João Pedro (PT-AM) informou que apresentou dois requerimentos pedindo que a CPI investigue gastos do ex-ministro da Educação Paulo Renato. Segundo João Pedro, alguns dados lhe “chamaram a atenção”, como o pagamento de hotéis a terceiros e gastos sem comprovação por nota fiscal.



Carlos Sampaio foi nomeado pela presidente para relatar a área de Sistematização

Rejeitada nova convocação de Dilma Rousseff pela Comissão de Meio Ambiente

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou proposta de Arthur Virgílio (PSDB-AM) de convocação da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para tratar de cartões corporativos. A ministra prestaria esclarecimentos sobre a denúncia de que teria responsabilidade

na formulação de dossiê sobre contas sigilosas do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outro requerimento de Virgílio – para convidar o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, a esclarecer os trabalhos de auditoria fiscal realizados nos partidos políticos e o vazamento de dados fiscais sigilosos relativos ao PSDB

– também foi rejeitado.

Na Comissão de Infra-Estrutura (CI), o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), solicitou a anulação da convocação de Dilma para falar a respeito de suposto dossiê. O requerimento ainda não foi votado. No dia 7 de maio, a ministra deverá falar à comissão sobre o Programa de

Aceleração do Crescimento.

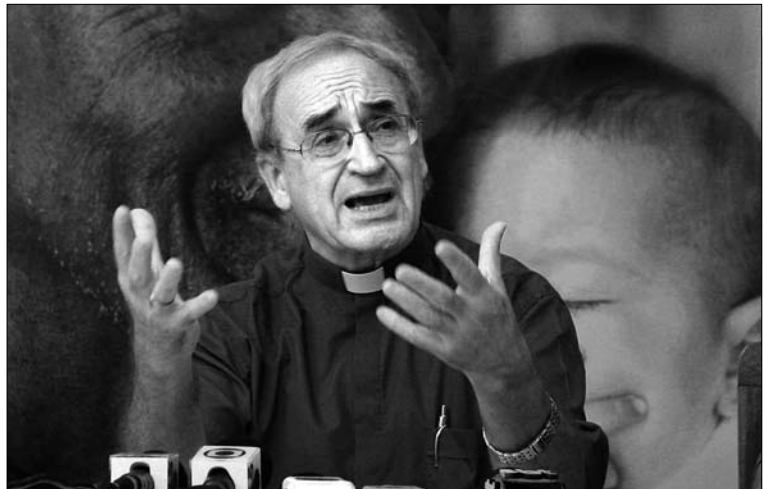
– Mas a comissão não tem nenhuma pertinência com inquirição sobre cartão corporativo ou investigação da Polícia Federal – afirmou Jucá.

No último dia 15, a CI aprovou requerimento de Mário Couto (PSDB-PA) convocando a ministra a responder às perguntas

sobre o suposto dossiê. A data dessa audiência, entretanto, ainda não foi marcada. Cinco requerimentos convocando Dilma para comparecer à CPI dos Cartões Corporativos já foram rejeitados, por isso a oposição tem procurado convocá-la para falar sobre o documento em outras instâncias.

INVESTIGAÇÕES Perfis privados de suspeitos de pedofilia serão analisados pelo Ministério Público e Polícia Federal

DIRCEU MAUÉS/O LIBERAL



Autor de denúncias sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, dom Luiz Azcona foi ouvido pela CPI da Pedofilia

Comissão fará levantamento de denúncias do bispo de Marajó

Os resultados das investigações sobre denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes feitas desde 2006 pelo bispo de Marajó (PA), dom Luiz Azcona, serão requisitados pela CPI da Pedofilia ao Ministério Público e às autoridades judiciais do Pará.

O religioso foi ouvido na última quinta-feira pelo presidente da comissão, Magno Malta, que esteve na ilha de Marajó acom-

panhado de dois representantes do Ministério Público de Minas Gerais: o promotor de Justiça da Infância e Juventude, Carlos Fortes, e o promotor de Justiça para Assuntos do Crime Organizado, André Ubaldino.

– Azcona nos deu a noção exata de como funciona a exploração sexual no Pará, sobre o tráfico de mulheres para a Guiana Francesa, sobre a exploração infantil – contou o senador.

Crime sexual contra criança deve ser considerado hediondo, diz juiz

O juiz de direito da comarca de Niquelândia (GO), Rinaldo Barros, em audiência na CPI da Pedofilia, sugeriu a inclusão da pedofilia no rol dos crimes hediondos. Ele também recomendou mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a fim de que a Justiça possa efetivamente punir envolvidos com o crime de prostituição de menores.

O juiz explicou que o texto do artigo 244-A do estatuto – que inclui entre os crimes em espécie “submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual” – tem causado dificuldades à Justiça. Na opinião de alguns juristas, disse Barros, o verbo “submeter” não inclui os casos em que a criança ou adolescente aceita a situação de prostituição. Devido ao entendimento desses magistrados, em alguns casos apenas quem obtém vantagem financeira é punido, mas quem mantém relações sexuais com

a criança ou adolescente, não. O relator da CPI, Demostenes Torres, defendeu punição com igual pena para os dois tipos de exploradores.

O promotor de Justiça de Niquelândia, Bernardo Boclin Borges, ressaltou que o Congresso precisa levar em consideração o contexto sociocultural do país ao criar as normas. Para ele, a mobilização do Parlamento para elaborar leis poderá ser vã se a Justiça não conseguir realizar sua aplicação. Boclin lembrou que o governador de Nova York renunciou ao ser denunciado por envolvimento com prostituição, enquanto em Niquelândia autoridades se envolveram com adolescentes e foram à TV alegar que as meninas foram para a cidade com a finalidade de “denegrir a imagem dos homens de bem”.

– Só que homem de bem não se envolve com prostituição – contestou o promotor.

Autoridades de Niquelândia são convocadas a esclarecer denúncias

A CPI da Pedofilia aprovou a convocação do prefeito de Niquelândia, Ronan Rosa Batista, para esclarecer denúncia de envolvimento na prostituição de adolescentes de 13 e 14 anos. O requerimento é de autoria do presidente e do relator da comissão, Magno Malta e Demostenes Torres, respectivamente.

A comissão também aprovou a convocação de outras autoridades e funcionários do município envolvidos em representação sobre o caso feita pelo Ministério Público de Niquelândia, como o ex-chefe de gabinete da prefeitura Geraldo Gavazza Pedroni; o ex-secretário da Indústria e Comércio Gláucio

Almeida Soares; o ex-secretário de Agricultura Rusley Olegário Dias; o vereador Neira Matos Ribeiro de Araújo; e o motorista Anderson da Silva Rocha.

Malta e Demostenes requereram ainda a presença do promotor de Justiça do município, Bernardo Boclin, como palestrante, nas tomadas dos depoimentos.

A CPI também acatou requerimento de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) para ouvir a coordenadora da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Viviane Amaral dos Santos, em relação a casos de pedofilia e violência em geral contra crianças e adolescentes.

Dados de usuários do Orkut chegam a CPI

Ao receber do diretor de Comunicações do Google, Félix Ximenes, dados de 3.261 perfis privados do site Orkut suspeitos de conter material pedófilo, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), afirmou que aquele era “um momento histórico”. O pedido de quebra de sigilo das páginas foi aprovado no início do mês pelos integrantes da CPI.

Ao classificar a abertura de informações do Orkut como “fato inédito no mundo”, o relator da comissão, Demostenes Torres (DEM-GO), disse que os dados serão analisados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, podendo levar à identificação de até 200 pedófilos que utilizam a internet para o

aliciamento de menores.

Entre os dados, estão informações de acesso de usuários do Orkut e imagens dos álbuns fechados, os quais só podem ser visualizados pelo dono da página e por pessoas autorizadas.

Os documentos foram simbolicamente entregues por Magno Malta ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, presente à reunião da CPI.

Félix Ximenes anunciou a adoção, pelo Google, de novos filtros para impedir a divulgação de material pedófilo pelo Orkut. A ferramenta contará com tecnologia semelhante à usada para reprimir a veiculação de produtos piratas pela rede.

Também presente à reunião, o procurador Sérgio Suiama lembrou as inúmeras recusas do Google em fornecer informa-

ções solicitadas pelo Ministério Público, e cobrou da empresa a manutenção do compromisso de colaborar com as investigações de denúncias de pedofilia.

O representante da SaferNet, Thiago Tavares de Oliveira, lembrou que os 3.261 perfis denunciados, cujos sigilos foram quebrados pela CPI, representam denúncias recebidas pela organização não-governamental em apenas três meses – de 29 de dezembro de 2007 a 31 de março de 2008.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacaram a importância da abertura dos dados. Patrícia Saboya (PDT-CE), Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e José Agripino (DEM-RN) também destacaram o trabalho que vem sendo feito pela CPI.



Entre Romeu Tuma (E) e Demostenes, Magno Malta recebe as informações do diretor do Google

“Projetos contra pedofilia terão prioridade”

Presente à reunião em que a CPI da Pedofilia recebeu dados sigilosos sobre usuários denunciados por essa prática no Orkut, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que dará prioridade a todos os projetos destinados a reprimir esse crime de que são vítimas as crianças e, observou, a própria sociedade.

Garibaldi reconheceu que, no Brasil, a palavra “prioridade” tem sido desmoralizada, mas assegurou que é uma unanimidade na Casa assegurar a votação imediata de normas capazes de

coibir a pedofilia.

Ao prometer que o Legislativo não negligenciará essas votações, ele ressaltou a exceção representada pelas medidas provisórias, que têm sempre prioridade de decisão.

O presidente do Senado elogiou “a seriedade, a eficiência e a obstinação com que a CPI da Pedofilia está trabalhando”. Também prometeu ir junto com os integrantes da comissão até o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, pedir que aquela Casa dê a mesma

prioridade aos projetos de combate à pedofilia.

Em seu discurso durante a reunião, Garibaldi agradeceu aos que tornaram possível a entrega, à CPI, de informações sobre 3.261 perfis abrigados no Orkut. E acrescentou:

– A comissão terá uma responsabilidade ainda maior agora e vai dar tratamento de absoluta seriedade a esses dados, para que nos vejamos livres desse crime, dessa ameaça que tanto intranquiliza o nosso povo e a nossa sociedade.

Audiência sobre “depoimento sem dano” para vítima

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) decidiu que participará de audiência pública, em data a ser definida, em conjunto com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), para discutir proposta de inclusão, na legislação pertinente, do “depoimento sem dano”. O procedimento visa evitar a exposição de criança ou adolescente

vítima de abuso sexual durante processo judicial. O debate foi requerido pela presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), e por Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Com esse procedimento evita-se – por meio de filmagens e gravação de audiências – tanto o contato direto entre vítima e acusado quanto a repetição dos depoimentos em processos judiciais quando a vítima ou a

testemunha for menor. Entre as propostas sobre o tema, explicou Patrícia, está o PLC 35/07, que prevê mudanças na legislação processual penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente para a adoção do depoimento sem dano. A senadora informou ainda que o instrumento é adotado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre desde 2003.

MARCIA KALUNE

PLENÁRIO

Cristovam quer examinar as propostas sobre crianças

Um mutirão para analisar todas as proposições que tramitam no Senado e que tenham relação com a segurança, a saúde e a educação das crianças foi proposto pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Durante o pronunciamento, o parlamentar leu uma lista de nomes de crianças recentemente assassinadas no Brasil, como Isabella Nardoni, Izabela Tainara Faria e João Hélio. Ele afirmou que está na hora de transformar essa realidade e fazer com que esse tipo de crime, “se houver”, seja exceção.

– Quando a gente vê uma lista de crianças sendo assassinadas é porque há algo mais profundo do que uma mente doentia de um assassino. Há algo errado na sociedade brasileira que está provocando isso não como caso esporádico, isolado e raro, mas em seqüência – alertou.

Entre as causas, Cristovam citou o sistema jurídico, que, para ele, facilita a impunidade, e a tolerância da sociedade em relação à violência. Cristovam ressaltou que, enquanto fazia seu discurso, cerca de 3 mil crianças foram jogadas nas ruas.

– Vivemos numa sociedade em que se transformou em fato natural o abandono das crianças. Não fazemos como o bandido que joga uma criança da janela do apartamento onde vive, mas jogamos, sim, as crianças pela janela da História, por essa outra janela, a janela do futuro. Nós jogamos para fora neste país centenas de milhares e milhões de crianças – lamentou.

O senador informou que também propôs ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, a realização de sessão especial para debater com todos os senadores os problemas das crianças brasileiras.

– Eu acho que é difícil. Tantas coisas que os senadores têm para fazer. Ano de eleição municipal. Difícilmente a gente vai ter tempo para sentarmos, todos juntos aqui, e discutirmos como fechar as janelas do trem da História pelas quais nós estamos jogando as crianças.

Pedro Simon ataca licitação de floresta

A decisão judicial que suspendeu a licitação da Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, foi defendida na sexta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele elogiou a desembargadora Selene Maria de Almeida, responsável pela liberação. E criticou o presidente Lula por vetar um dos itens da Lei 11.284/06. Esse item (parágrafo 4º do artigo 10) previa que a concessão de florestas públicas para o setor privado, quando envolvesse áreas com mais de 2,5 mil hectares, somente poderia ocorrer com a autorização prévia do Congresso Nacional – em consonância com o artigo 49 da Constituição (inciso XVII).

Simon lembrou que a licitação da Floresta do Jamari envolve

uma área de 95 mil hectares. Seria a primeira concessão do gênero após a aprovação da Lei 11.284. Ele afirmou que a desembargadora respeitou a Constituição ao sustar o processo e lembrou que Selene mencionou a “defesa dos interesses nacionais” ao justificar sua decisão.

O senador declarou que a Lei 11.284 “foi, no mínimo, uma das mais discutíveis que já transitaram pelo Congresso, além de ter sido aprovada sem o necessário aprofundamento do debate”. Ele recordou ainda que tramita no



Simon: concessão de área acima de 2,5 mil hectares deve passar pelo crivo do Congresso

Senado um projeto de sua autoria (PLS 254/06) que busca reinserir nessa lei o conteúdo vetado pelo presidente.

– Nunca me passou pela cabeça que Lula vetaria esse item – assinalou Simon.

Zambiasi quer faixa de fronteira menor

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) ressaltou em discurso a necessidade de mudanças na lei que regulamenta a demarcação de faixas de fronteira. Na opinião dele, os 150 quilômetros previstos na legislação atual como área de fronteira são inadequados para o contexto atual, no qual o país busca a integração com seus vizinhos. Zambiasi defendeu proposta de sua autoria, na qual sugere a redução da faixa para 50 quilômetros (PEC 49/06).

– O Brasil tem 15.700 quilômetros de fronteira. Onze estados fazem fronteira com dez países. Esses números mostram a necessidade de maior debate sobre a questão e mais investimentos



Sérgio Zambiasi sugere que a zona fronteiriça passe de 150 para 50 quilômetros

nessa área – observou Zambiasi na última sexta-feira.

As regras atuais, observou o senador, também não consideram as diferenças regionais veri-

ficadas nas cidades localizadas na fronteira brasileira. Esse fato, enfatizou, resulta em inúmeros problemas para os gestores públicos e as populações que ali vivem.

– Deveríamos ter uma lei específica para cidades que ficam na linha de fronteira, que vivem de forma integrada com cidades irmãs de outros países – defendeu ele, ao afirmar que a questão ainda não ganhou a atenção merecida no Senado.

Zambiasi registrou também que a Confederação Nacional dos Municípios realizou debates sobre a questão e, como conclusão, apontou a necessidade de se buscar solução para o êxodo dos municípios fronteiriços.

Senador exalta Centro de Tradições Gaúchas

O senador Sérgio Zambiasi homenageou na sexta-feira, o 60º aniversário do “35 Centro de Tradições Gaúchas [CTG]”. A entidade, fundada por Paixão Cortes, informou o parlamentar, é um organismo social de natureza nativista, cívica, cultural, literária, artística e folclórica para conservar as tradições do Rio Grande do Sul. Ela foi criada para impedir que a identidade cultural do estado se deteriorasse diante do cho-

que cultural da vida urbana e de outras tradições brasileiras, relatou o senador.

Zambiasi ressaltou que hoje existem mais de 3 mil CTGs em funcionamento, dos quais a metade está no Rio Grande do Sul e os demais espalhados por todos os estados brasileiros, além de haver uma dezena de centros em outros países.

Segundo o senador, esse culto à história de um estado e de um povo começou quando os

fundadores do 35 CTG, a maioria jovens estudantes que se mudaram do interior para Porto Alegre, procuraram criar um espaço onde pudessem reviver suas origens de vida no campo e as tradições campestres de poesia, música e culinária.

A própria denominação “35”, informou, é uma homenagem ao ano de 1835, quando teve início a Revolução Farroupilha, um dos marcos da história gaúcha.

Mão Santa cobra da Câmara votação de projetos

Mão Santa (PMDB-PI) anunciou que está coordenando a criação de um bloco suprapartidário, formado por senadores, para pressionar a Câmara a aprovar a Emenda Constitucional 29, que assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, e o projeto que extingue o fator previdenciário nos cálculos das aposentadorias (PLS 296/03).

– O movimento já conta com a adesão de 12 senadores e espero que daqui para frente possa crescer, pois vem ao encontro da própria atribuição do Legislativo, que é de elaborar leis justas e boas para a população.

A Emenda 29, resultante de proposta de emenda à Constituição (PEC) de Tião Viana (PT-AC), e o projeto que acaba com o fator previdenciário, elaborado por Paulo Paim (PT-RS), já foram aprovados pelo Senado. Mão Santa disse também que estranhou o fato de o ministro da Defesa, Nelson Jobim, ter repreendido o general Augusto Heleno Pereira, comandante militar da Amazônia, que criticou a política indigenista. Para Mão Santa, o governo deveria condenar as atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mozarildo lembra os 17 anos do TJ de Roraima

Os 17 anos de criação do Tribunal de Justiça de Roraima, comemorados sexta-feira, foram lembrados pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Ele informou que o TJ de Roraima, junto com os dos estados do Amapá e do Tocantins, são os mais jovens do país.

Mozarildo enalteceu o processo de informatização das varas cíveis do Tribunal de Justiça localizado na capital, Boa Vista, e fez votos para que sejam inauguradas sedes do tribunal em todos os municípios de Roraima. Somente dessa maneira, observou, o cidadão poderá ter mais cidadania.



Inácio Arruda lembra a importância da Associação Brasileira de Imprensa na defesa das liberdades democráticas no país

Plenário homenageia 100 anos da ABI

As críticas feitas por jornalistas ao excesso de medidas provisórias demonstram a atualidade das lutas da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), afirmou o presidente do Senado, Garibaldi Alves, durante homenagem aos cem anos da entidade. A sessão foi realizada a requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

– Hoje, os jornalistas mantêm essa chama acesa, quando combatem as medidas provisórias, que tanto humilham o Congresso Nacional. – disse Garibaldi.

Inácio Arruda recordou a fundação da ABI pelo jornalista Gustavo de Lacerda, em 1908. Inicialmente voltada à prestação de assistência aos profissionais de imprensa, lembrou, a associação passou a desempenhar um papel cada vez mais relevante na defesa das liberdades democráticas.

Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou o papel da ABI em campanhas como a da anistia, do fim da censura prévia e das eleições diretas.

Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que a presença da ABI é inevitável para “dar um rumo à sociedade brasileira”. Já Serys Shessarenko (PT-MT) frisou a necessidade de se buscar um jornalismo com responsabilidade. Ao apontar a contribuição do Piauí para a história da imprensa brasileira, Mão Santa (PMDB-PI) destacou o exemplo do jornalista Carlos Castello Branco, que durante muitos anos foi titular de uma coluna de política no *Jornal do Brasil*.

Voz do Leitor

ÁLCOOL NO TRÂNSITO

“Solicito aos senadores e às senadoras que aprovelem logo uma lei que restrinja a propaganda de bebidas alcoólicas com teor acima de 0,2%, principalmente aquelas que utilizam a imagem de artistas e pessoas famosas nos horários recomendados para menores de 14 anos. Sabemos que o álcool é uma droga, que vicia e mata milhares de brasileiros todos os anos. Como tal, não deveria ser apresentado à comunidade, em especial aos jovens e adolescentes, num cenário ilusório e sedutor.”

**Acacinho de Cerqueira,
de Silvânópolis (TO)**

REELEIÇÃO

“Não concordo com as posições dos políticos que exercem quatro, cinco, seis mandatos, mas são contrários ao direito de reeleição de prefeitos, governadores e presidente. Alguns estão se perpetuando e envelhecendo no poder. Acredito que isso seja o principal foco de corrupção no Brasil. Sabemos que existem políticos e politicagens. A mídia poderosa deveria demonstrar mais interesse por um país sem corrupção, promovendo uma campanha contra a reeleição em todos os níveis eletivos!”

**Francisco Carlos da Silva,
de São Miguel Arcanjo (SP)**

CARTÃO CORPORATIVO

“Embora nada justifique o uso do dinheiro público para finalidades particulares, essa foi uma prática centenária na Monarquia e depois na República brasileira. Ainda que cause estranheza, esse comportamento foi identificado e denunciado exatamente contra uma ministra afrodescendente. Sugiro que a mídia nacional faça um levantamento honesto, objetivo

e imparcial sobre todos os desvios e mau uso do dinheiro público.”

**Guerti Edit Hister,
de Cascavel (PR)**

BANCO CENTRAL

“A estrutura do Banco Central deve ser colocada ao lado da sociedade, e não para total subserviência ao sistema financeiro, propiciando grande lucro a esse setor, às custas do povo brasileiro.”

**Sérgio Rodrigo Coelho
Torres, de Petrópolis (RJ)**

TRANSPOSIÇÃO

“Quem será o verdadeiro beneficiado com a grande obra de transposição do rio São Francisco? A população ribeirinha, os grandes empresários ou as multinacionais que atuam no setor do agronegócio? Antes de tudo, o rio precisa ser revitalizado, pois ao longo de suas margens é nítida a grande degradação ambiental que o acomete. Seria de fundamental importância para o desenvolvimento do projeto a participação dos mais variados setores da sociedade, em especial a população ribeirinha.”

**Valter Santos de Jesus Jr.,
de Feira de Santana (BA)**

JUÍZES

“Nos dias de hoje, é inadmissível que uma pessoa que presta serviço ou representa um poder constituído – e com salários fora da realidade brasileira – não tenha responsabilidade pelos seus atos. Acho que os juízes deveriam responder pelos inúmeros erros nos julgamentos errados que obrigam o cidadão a recorrer a instâncias superiores, provocando gasto desnecessário de tempo e dinheiro. E depois o Estado é que paga a conta em forma de indenizações.”

**Ormino Affonso Neiva
Pinto, de Vila Velha (ES)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Pela primeira vez, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor e José Sarney ficam lado a lado. Os três participaram, no dia 23 de abril, da posse do ministro Gilmar Mendes na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF). Collor e Sarney são hoje senadores da República. Fernando Henrique, ex-



LEOPOLDO SILVA

ambiente legal

Para evitar a fome no mundo

Matéria no jornal inglês *Financial Times* afirma que a garantia de alimentos (veja página 8) depende de três soluções políticas. A primeira é a liberalização do setor, já que a crise atual não decorre da escassez, mas da relutância dos exportadores em venderem seus excedentes. A segunda exige mudança de en-

foque: os países desenvolvidos tendem a apoiar agricultores às custas de consumidores, enquanto os em desenvolvimento favorecem consumidores em detrimento de pequenos produtores, sem estímulos para produzir mais. A terceira é que os governos devem rever suas políticas demográficas.

ONU propõe mudança radical

Os países produtores de alimentos precisam modificar suas políticas para evitar um colapso social com a alta dos preços, segundo especialistas das Nações Unidas. Eles mostram em relatório como produzir alimentos com menor dependência de combustíveis fósseis, favorecendo recursos locais, adubos naturais e sementes tradicionais,

preservando o solo e economizando água. Salvatore Arico, especialista em biodiversidade da Unesco, advertiu que a agricultura terá que se transformar de forma radical “para enfrentar o aumento da população mundial e as mudanças climáticas, evitando a fragmentação social e a deterioração irreversível do meio ambiente”.

Dois profissionais da computação de Quebec, no Canadá, estão organizando um “Dia mundial off-line”, marcado para 3 de maio. Denys Bystrov e Ashutosh Rajekar criaram até um site, o Shut Down Day, para divulgar o movimento. Eles acreditam que os viciados em internet devem retomar o controle de suas vidas ousando se desconectar, mesmo que seja por apenas um dia.



RISCO À DEMOCRACIA - O diretor dos filmes *Homens de preto*, Barry Sonnenfeld, advertiu em Las Vegas, em discurso na Associação Nacional de Emissoras de Rádio e TV, que “o meio é a mensagem, e o meio invadiu nossas casas e tomou conta de nossas cabeças. O que mais assusta é o caráter hipnótico da rede. A internet é tão onipresente que as crianças e os jovens passam o dia todo nela”. Afirmando que as crianças “acharão o máximo que a internet será capaz de acompanhar cada passo que dão”, Sonnenfeld teme que aceitem “espionagem e intervenção governamentais ainda maiores. Suspeito que estejamos diante da última geração de americanos a viver na democracia”.

NÍVEL DO MAR - Uma equipe de cientistas britânicos e finlandeses afirma, em novo estudo, que o nível dos oceanos pode aumentar em até 1,5 metro até o final deste século. Essa previsão é substancialmente maior que a feita em 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, que previu uma elevação entre 28cm e 43cm até 2100. O aumento de até 1,5 metro poderia ter um grande impacto em países mais baixos, como Bangladesh.

Frases

“Há perigo de separatismo. O Kosovo foi da Sérvia, mas bastou uma declaração unilateral de independência para a Europa reconhecer o novo Estado. E agora vemos que os defensores da reserva não aceitarão se o Supremo decidir que a demarcação não deve ser contínua e recorrerão a instâncias internacionais. Isso é grave”

Jefferson Péres, contrário à demarcação contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

“Não podemos achar que a demarcação vai gerar autodeterminação dos povos indígenas”

João Pedro, em crítica à demarcação de áreas descontínuas, defendida pelo general Augusto Heleno.

“Este é um momento histórico”

Magno Malta, presidente da CPI da Pedofilia, ao receber do Google 3.261 perfis do Orkut suspeitos de conter material pedófilo.

“Tudo isso é fruto do mesmo caldo medíocre, da cultura do aparelhamento escancarado do poder federal”

Jarbas Vasconcelos, ao questionar a defesa de um terceiro mandato presidencial no momento em que a imagem do Congresso está “abaixo do nível do mar”.

“Vivemos em uma sociedade doente, que não respeita seu bem mais valioso, a infância”

Patrícia Saboya, falando de sua indignação com o assassinato da menina Isabella Nardoni.

“Posso atravessar a fronteira do Brasil com a Colômbia e entrar pela floresta, desde que me indiquem o local”

Eduardo Suplicy, anunciando sua disposição de contatar as Farc para libertar a ex-senadora colombiana Ingrid Betancourt.

“Preparem-se, consumidores (...): nós vamos pagar mais pela energia elétrica para dar mais dinheiro para o Paraguai, para reforçar a demagogia desse ex-bispo que acaba de se eleger lá”

Gerson Camata, sobre a proposta de revisão de tarifas da energia de Itaipu defendida por Fernando Lugo, eleito presidente do Paraguai na semana passada.

DIVULGAÇÃO/TV SENADO



Programa mostra que o país precisa se preparar melhor para atender os alunos com necessidades especiais

Educação inclusiva na TV Senado

O programa *Inclusão* apresenta uma série de reportagens para mostrar que a educação inclusiva é um forte instrumento de integração social e revela que a convivência com as diferenças no ambiente escolar forma cidadãos livres de preconceito. A capacitação do profissional de educação para lidar com as diferenças na sala de aula também é tema do programa, que ressalta exemplos de escolas que romperam a resistência e abriram seus portões para receber a diversidade dos alunos.

Apesar do avanço nos últimos anos em relação à educação in-

clusiva, 6 milhões de crianças e jovens com deficiência, de 7 a 14 anos, ainda estão fora da escola, segundo dados da Secretaria de Educação Especial. Um dos motivos é a falta de preparo do sistema educacional do país para atender de forma adequada o aluno com necessidade educacional especial. Outro problema é o medo que os pais sentem de matricular o filho em uma escola regular por temerem discriminação contra a criança.

O *Inclusão* vai ao ar pela TV Senado no sábado, às 11h30 e às 22h30, com reprise no domingo, às 9h e às 17h.

Violinistas do Duofel são entrevistados

O programa *Espaço Cultural* apresenta entrevista exclusiva com o duo de violinistas Duofel, que lançou no ano passado o seu nono CD: *Duofel Experimenta*. No programa, os músicos interpretam três composições do disco.

Desde 2005, a dupla resolveu arregaçar as mangas e montar seu próprio selo, editora e distribuidora. Com isso, procuravam mais liberdade para criar e

apresentar seus trabalhos e em contrapartida estarem mais perto do seu público. Com recursos da tecnologia, os músicos usam ferramentas como *e-mails*, *podcast* e MP3 para trocar informações e conhecer mais e melhor o seu público, que vem aumentando consideravelmente nesses últimos anos.

A atração da TV Senado vai ao ar no sábado, à meia-noite, e no domingo, às 14h30.

Senadores e especialistas debatem o problema da violência doméstica

As estatísticas sobre violência doméstica são assustadoras. Segundo pesquisa da Universidade de São Paulo, entre 1996 e 2006 foram registrados 150 mil casos de violência contra crianças no ambiente familiar. Dos meninos e meninas agredidos, 522 chegaram à morte. Mais assustador ainda é saber que os episódios de maus-tratos, abuso sexual e violência psicológica não são denunciados e, por isso, não es-

tão contidos nesses números.

O quadro Entrevista Especial, do programa *Conexão Senado* desta segunda-feira, às 12h, debaterá as diversas formas da violência doméstica. Quem é a vítima e quem é o agressor? A legislação brasileira é adequada ou precisa mudar? As mudanças dependem de quem? São perguntas que a Rádio Senado faz aos senadores e especialistas convidados.

Conversa de Músico apresenta flautista de Brasília

O flautista Davson de Souza apresenta no programa *Conversa de Músico* a flauta como solista em obras de Telemann, Ferroud, Berio e outros. Davson começou seus estudos na Escola de Música de Brasília, depois formou-se em flauta pela UnB, e se especializou na Universidade Federal de Goiás. Atualmente cursa o mestrado na Universidade Federal da Bahia.

A obra do compositor alemão Georg Philipp Telemann é inconfundível pela estrutura formal nítida, pela clareza e fluidez. Davson de Souza toca no programa o primeiro movimento, o *dolce*, dedicado ao sentimento; e o segundo movimento, mais cartesiano, dedicado à mente.

DOMÉSTICOS - Os direitos dos trabalhadores domésticos é o tema do *Fique por Dentro da Lei*, que a Rádio Senado transmite nesta terça-feira, às 8h30. O advogado especialista em Direito do Trabalho Marcos Rezende é o convidado do programa. Ele falará sobre as principais orientações a trabalhadores e empregadores domésticos.

O Dia do Trabalhador Doméstico é comemorado no dia 27 de abril. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o país conta hoje com 6 milhões de empregados domésticos.

ÁGUA - No programa *Senado Ciência* desta quarta, o vice-presidente do Conselho Mundial da Água e diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Benedito Braga, fala sobre o Fórum Mundial da Água, que acontece em Istambul, na Turquia, em março de 2009. Ele explica que as mudanças climáticas são apenas uma parte das alterações que o mundo enfrenta e que devem ser levadas em conta na hora de pensar uma política de preservação e uso racional dos recursos hídricos. O tema do fórum é a gestão das águas e as mudanças globais.

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h45 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Senado e TSE lançam Guia do Eleitor 2008

O *Guia do Eleitor Cidadão – Eleições 2008*, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) do Senado e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi lançado na última quinta-feira com tiragem de 1 milhão de

exemplares, a serem distribuídos gratuitamente em todos os tribunais regionais eleitorais. Com 54 páginas, a publicação traz informações sobre as funções dos prefeitos e vereadores e campanhas eleitorais.

– Uma multidão bem informada e esclarecida torna-se capaz de decidir sabiamente. O guia objetiva educar o cidadão soberano, para assim melhorar a qualidade dos representantes e fortalecer a democracia – destacou o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (DEM-PB).

O presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, afirmou que a sociedade brasileira “não é vítima, é autora”, ou seja, que o poder do voto é exercido pelos cidadãos que escolhem seus representantes.

– O objetivo do guia é levar o eleitor à percepção de que é possível ter no Brasil melhores dias pela escolha de bons representantes. Esses dias melhores dependem do esforço de cada qual para vermos o Brasil caminhar para uma posição de respeito maior diante da comunidade internacional – frisou o ministro.



Efraim Morais (E) e ministro Marco Aurélio Mello, presidente do TSE, esperam que o guia ajude na escolha dos eleitores

Unilegis inicia Ciclo de Conferências

O Ciclo de Conferências da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) tem início nesta segunda-feira, a partir das 18h30, com seminário de especialistas sobre o tema “Investigação científica: relatos de pesquisa”.

Os professores-pesquisadores Caetano Araújo, Rita de Cássia Leal e Leany Lemos, da Unilegis, e Carlos Pio e Marisa Von Bullow, da UnB, discutem o assunto sob a ótica das pesquisas que adotam o Poder Legislativo como parte importante do objeto de investi-

gação. O ciclo de conferências é aberto aos servidores do Senado e aos alunos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Unilegis, além de outros interessados.

De acordo com a vice-reitora acadêmica na Unilegis, Vânia Maione, essa iniciativa “proporciona um contato mais próximo dos colegas da Casa com pensadores, cientistas e pesquisadores que lidam com o que há de mais contemporâneo nas discussões de assuntos de interesse da atividade político-parlamentar”.

Em 30 de junho será realizada palestra sobre “Políticas públicas no Brasil”, com a participação de Marcos Mendes e Leany Lemos, da Unilegis, Maria das Graças Rua, da UnB, e Marta Arretche, da Universidade de São Paulo.

O terceiro encontro, programado para 2 de setembro, será sobre o tema “Imagem e ética na era digital”, com a participação de Antônio Carlos Burity e Ana Lúcia Novelli, da Unilegis, além do jornalista e escritor Mário Rosa.



Demostenes Torres (DEM-GO) elogiou em Plenário o caderno especial do **Jornal do Senado** sobre segurança pública, encartado na edição semanal de 22 a 27 de abril.

– Há muito tempo o jornal vem divulgando as notícias diárias. Mas agora fez um belíssimo trabalho compilando o que foi feito no Senado nos últimos tempos acerca de segurança pública – disse. Garibaldi Alves lamentou que alguns projetos ainda não tenham sido aprovados pela Casa.

PRODASEN - A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) recebeu na última quinta-feira a visita de Cassio Dreyfuss, vice-presidente de pesquisas da Gartner, empresa que atua na área de tecnologia da informação (TI). Ele realizou uma palestra para a diretoria de informática do Senado, discutindo casos de governança em TI que possam oferecer subsídios ao projeto que o Prodasen pretende implantar a partir do primeiro semestre de 2009.

Presidência



Luiz Inácio Lula da Silva (E) e Garibaldi Alves (D) prestigiaram a posse do novo presidente do Supremo, Gilmar Mendes

Independência entre os Poderes marcou discurso de posse no STF

Na cerimônia de posse do ministro Gilmar Mendes à frente do Supremo Tribunal Federal (STF), na tarde da última quarta-feira, prevaleceu o discurso da independência entre os Poderes e de defesa das instituições democráticas. Todas as autoridades que fizeram uso da palavra, entre elas o próprio presidente empossado, lembraram os 20 anos da Constituição de 1988 e demonstraram preocupação com a busca por um novo modelo de edição de medidas provisórias.

Gilmar Mendes recebeu a

presidência do Supremo da ministra Ellen Gracie, que conduziu o órgão nos últimos dois anos. Também foi empossado na vice-presidência da instituição o ministro Cezar Peluso.

A solenidade histórica reuniu o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ex-presidentes, como Fernando Henrique Cardoso e os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e José Sarney (PMDB-AP), além dos presidentes do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

OAB critica PEC dos Precatórios

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Britto, sugeriu, em seu discurso na posse do ministro Gilmar Mendes como presidente do Supremo Tribunal Federal, a retirada da pauta do Congresso Nacional da proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os gastos dos entes federativos com o pagamento dos precatórios. A aprovação da proposição foi uma das principais reivindicações apresentadas pelos prefeitos, há duas sema-

nas, na 11ª Marcha em Defesa dos Municípios, realizada em Brasília. Na avaliação da OAB, a proposta é a “PEC do calote”.

– Essa proposta desmoraliza as decisões do Judiciário, legaliza a inadimplência do Estado para com seus cidadãos e transfere para estes a responsabilidade pela má gestão, descaso ou corrupção da coisa pública – disse Britto. Para Garibaldi Alves, a entidade está desinformada a respeito dos objetivos da PEC.

EMENDA 3 - O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Arthur Henrique da Silva Santos, e representantes de entidades sindicais solicitaram ao presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves Filho, que o veto à Emenda 3 apresentada ao projeto de lei da Câmara (PLC 20/06) que criou a Super-Receita não seja apreciado por enquanto pelo Congresso Nacional. Na avaliação dos sindicalistas, que apóiam o veto, a questão precisa ser melhor discutida. A Emenda 3 proíbe os auditores da Super-Receita de intervirem quando considerassem a contratação de pessoas jurídicas como uma manobra para encobrir relações trabalhistas e driblar o fisco. A justificativa da emenda era que só a Justiça do Trabalho teria competência para reconhecer um vínculo trabalhista.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Com que idade?

A Constituição de 1988 mudou as regras da maioridade, antecipando para os 18 anos muitos direitos e deveres que antes eram reservados apenas aos maiores de 21 anos. Outras leis e códigos definem limites de idade para vários atos. Veja nesta edição com que idade se pode fazer o quê.

Do nascimento até os 14 anos

- Até os 12 anos a pessoa é considerada criança, e dos 12 aos 18 anos, adolescente.
- Até os cinco anos a criança pode andar de graça, no colo, nos ônibus urbanos e metrô.
- Aos dez anos já pode andar no banco da frente do carro e assistir sozinha a filmes e espetáculos indicados para sua idade (antes disso, só acompanhada dos pais ou responsáveis).
- Aos 12 pode viajar sozinho dentro do país, desde que autorizada pelos pais. Nessa idade, tem direito a ser ouvida para ser adotada.
- Aos 14 já pode ser menor-aprendiz, com todos os direitos trabalhistas e previdenciários — antes dessa idade trabalho de criança é ilegal e aquele que explora trabalho infantil está cometendo crime.
- Até os 16 anos a pessoa é considerada incapaz e deve ser representada pelos pais ou tutores, ou pelo Estado.

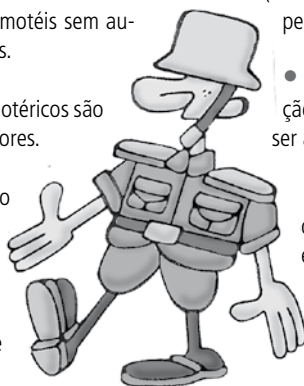


O adolescente com 16 pode

- Votar — se quiser, não é obrigatório.
 - Casar, se for autorizado pelos pais ou juiz, ou se ocorrer uma gravidez.
 - Ser testemunha em processo judicial.
 - Receber procuração ou poderes para representar outra pessoa.
 - Administrar o dinheiro ganho com seu trabalho ou recebido de herança.
 - Fazer um testamento, desde que assinado em conjunto com os pais.
 - Ser emancipado, passando a ter todos os direitos dos maiores de 18 anos se:
 - autorizado pelos pais
 - tiver empresa ou emprego que o sustente
 - casar
 - exercer emprego público
 - concluir curso superior.
- Aos 16, a pessoa é considerada parcialmente incapaz e seus pais ou responsáveis já não podem representá-lo, tomando decisões à sua revelia: devem assisti-lo em atos como assinatura de contratos, testamento etc.
- Atenção: o menor entre 16 e 18 anos que tiver omitido a idade ou mentido ser maior de 18 ao contratar uma obrigação, como um empréstimo, por exemplo, não pode alegar ser menor para não cumprir o contrato.

Quem tem 18 anos completos

- É obrigado a votar — quem não votar e não justificar a falta paga multa.
- É obrigado a prestar serviço militar, se for do sexo masculino e não for dispensado.
- Pode ser candidato a vereador.
- Se cometer crime, está sujeito às regras do Código Penal (pena máxima — 30 anos de reclusão), e não mais ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que define prazo máximo de três anos de internação para o infrator menor de 18 anos. É a chamada maioridade penal.
- Pode hospedar-se em hotéis e motéis sem autorização dos pais ou responsáveis.
- Pode jogar na loteria — bilhetes lotéricos são jogos de azar, proibidos para menores.
- Pode viajar sozinho para outro país sem autorização dos pais ou responsáveis.
- Pode trabalhar depois das 22h ou em ambiente perigoso ou insalubre (desde que com as proteções garantidas pelas leis do trabalho, é claro).
- Está no limite de idade para adoção. Depois dos 18, ninguém pode ser adotado.
- Pode dirigir — como a maioridade penal só ocorre aos 18, idade em que a pessoa pode ser punida por crimes no trânsito, a permissão para dirigir também só é dada a partir dessa idade.



Aos 21 anos é permitido

- Ser empossado como prefeito ou vice-prefeito, deputado estadual ou distrital, deputado federal, ministro de Estado.
- Ser juiz de paz.
- Tornar-se motorista profissional.
- Adotar um filho de até cinco anos (a pessoa que adota deve ter 16 anos mais que o adotando).

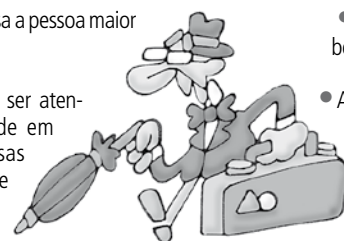
Dos 25 aos 35, mais responsabilidade

- Aos 25 pode-se ter arma de fogo — obedecido o Estatuto do Desarmamento.
- Com 30 anos é possível ser governador ou vice-governador de estado ou do DF.
- É preciso ter 35 anos para ser presidente ou vice-presidente da República, senador, ministro de qualquer dos tribunais superiores, procurador-geral da República ou advogado-geral da União.



Aos 60 anos, novos direitos

- A lei considera idosa a pessoa maior de 60 anos.
- Ela tem direito a ser atendida com prioridade em repartições, empresas e concessionárias de serviços públicos, e bancos.
- Só é possível casar com separação de bens.
- A mulher pode se aposentar pelo INSS (desde que tenha contribuído durante 30 anos).
- A Justiça tem que dar prioridade ao andamento das ações em que seja parte a pessoa com mais de 60 anos.



Com mais de 65

- Pode-se usar gratuitamente o transporte coletivo urbano.
- O idoso carente tem direito a uma pensão de um salário mínimo.
- O homem pode se aposentar pelo INSS (desde que tenha contribuído durante 35 anos).
- Pode-se viajar nos ônibus interestaduais de graça, se houver vaga (as empresas devem oferecer duas passagens de graça para idosos em cada viagem) ou com 50% de desconto (se as duas vagas gratuitas já tiverem sido ocupadas por outros idosos).
- Depois dos 70 o voto não é mais obrigatório.



Saiba mais

Veja algumas das fontes desta edição:

Constituição
www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
Código Civil (Lei 10.406/02)
www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm
Código Penal (Lei 7.209/84)
www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm
Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03)
www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/

L10.741.htm
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) - www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm
Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97)
www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9503.htm
Tramitam no Senado várias propostas de emenda à Constituição - PECs 20 e 18, de 1999, 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04 - que pretendem reduzir a maioridade penal para 16 anos.